

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 150/2021
Data: 23/09/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
COMISSÃO DO SENADO APROVA BR DO MAR AOS PORTOS BRASILEIROS	4
ÚLTIMO EPISÓDIO DO 'PORTO 360º - O DESAFIO' VAI AO AR NESTA QUINTA	5
ULTRACARGO PREPARA NOVO ACESSO FERROVIÁRIO EXCLUSIVO NO PORTO DE SANTOS	6
USIMINAS ADERE AO PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS.....	6
PORTAL PORTO GENTE	7
"A HORA DE AGIR É AGORA", AFIRMA MAERSK SOBRE DESCARBONIZAÇÃO DA FROTA	7
PROGRAMA DE INOVAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO FAZ SELEÇÃO DE STARTUPS	9
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	10
SPA SELECIONA PROJETOS PARA O FESTIVAL PORTO-CIDADE 2022	10
MSC INVESTE EM UMA NOVA SOLUÇÃO DE EFICIÊNCIA PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE SUA FROTA	11
COSCO COMPRA PARTICIPAÇÃO NO TERMINAL DE CONTÊINERES DE HAMBURGO PARA CENTRO EUROPEU	12
MAERSK CHAMA JAFZA DE LAR PARA SUA PRIMEIRA INSTALAÇÃO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	13
ISTOÉ - DINHEIRO	14
ANATEL ADIA ANÁLISE DO 5G; GOVERNO CITA PREJUÍZO DE R\$100 MI POR DIA	14
ARRECADAÇÃO EM AGOSTO SOMA R\$ 146,463 BILHÕES, ALTA REAL DE 7,25%	15
SAFRA DE SOJA DO BRASIL DEVE ATINGIR RECORDE DE 145 MI T EM 21/22, DIZ IHS MARKIT	15
MONEYTIMES	16
COFCO FECHA EMPRÉSTIMO DE US\$ 700 MILHÕES VINCULADO A METAS DE SUSTENTABILIDADE	16
CRISE ELÉTRICA ELEVA CUSTOS DE PARTE DO SETOR DE MINERAÇÃO NO BRASIL, DIZ IBRAM	16
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	18
CINCO GRUPOS DISPUTAM INSTALAÇÃO DE NOVO TERMINAL DE GNL EM SUAPE	18
NOVO ESTUDO RECOMENDA RETOMADA DA EXPLORAÇÃO NA MARGEM EQUATORIAL	20
JORNAL O GLOBO – RJ	23
PARLAMENTARES QUEREM INCLUIR ELITE DO JUDICIÁRIO NA REFORMA ADMINISTRATIVA; CÂMARA RETOMA DISCUSSÃO HOJE	23
COM CRISE DA EVERGRANDE, BC CHINÊS INJETA US\$ 17 BILHÕES NO MERCADO, MAIOR INTERVENÇÃO EM 8 MESES	24
REFORMA ADMINISTRATIVA: RELATOR RECLAMA DE LOBBIES DE 10 CATEGORIAS PARA FICAR DE FORA DAS NOVAS REGRAS	25
SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA QUER BAIXAR IMPOSTOS DE TELECOMUNICAÇÕES: 'ÀS VEZES, NO BRASIL, O USUÁRIO TEM INTERNET 2G A PREÇO DE 4G'.....	26
COMISSÃO DA CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DA REFORMA ADMINISTRATIVA	29
CONCESSIONÁRIA DE ESTRADAS EM SP APROVA PLANO QUE PASSA CONTROLE DA EMPRESA A ATÉ 15 MIL CREDORES	30
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	32
GOVERNADORES AVANÇAM NA CRIAÇÃO DO CONSÓRCIO BRASIL VERDE; VEJA 10 METAS.....	32
TÉRMICA NO RIO É DESLIGADA APÓS QUATRO DIAS EM OPERAÇÃO; FALHA JÁ FOI SOLUCIONADA, DIZ ONS	33
GOVERNO ZERA ALÍQUOTAS DE TRIBUTOS NA IMPORTAÇÃO DE MILHO	34
VALOR ECONÔMICO (SP)	35
EXPORTADORES DO AGRO E GOVERNO DISCUTEM 'APAGÃO' PORTUÁRIO	35
GRUPO BUSCA AMPLIAR SOLUÇÕES LOGÍSTICAS ALÉM DO PORTO	35
LOCALFRIO TENTA EVITAR RELICITAÇÃO DE TERMINAL EM SANTOS.....	36
SENADO ADIA PARA SEMANA QUE VEM VOTAÇÃO DO MARCO LEGAL DAS FERROVIAS	37
EXPORTADORES DO AGRO E GOVERNO DISCUTEM 'APAGÃO' PORTUÁRIO	38
GRUPO BUSCA AMPLIAR SOLUÇÕES LOGÍSTICAS ALÉM DO PORTO	38
DESLIGAMENTO TEMPORÁRIO DA USINA GNA I NÃO IMPACTOU SUPRIMENTO DE ENERGIA, DIZ ONS	39
COM RETRAÇÃO DA CHINA, PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO CAI 1,4% EM AGOSTO, DIZ WORLDSTEEL.....	40
MINÉRIO DE FERRO FICA ESTÁVEL NO PORTO DE QINGDAO, EM US\$ 108,67 POR TONELADA.....	40
PORTAL PORTOS E NAVIOS	41
CONTRATOS DE USO TEMPORÁRIO AINDA TÊM PONTOS QUE PODEM INIBIR INVESTIDORES, APONTA ADVOGADO	41
BR DO MAR: GOVERNO ESPERA QUE PL SIGA O QUANTO ANTES PARA PLENÁRIO, DIZ PILONI	42



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 150/2021
Página 3 de 43
Data: 23/09/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	43
MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	43



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

COMISSÃO DO SENADO APROVA BR DO MAR AOS PORTOS BRASILEIROS

Texto também propõe retomada do regime de isenção tributária reporto, e ainda passará por outros três órgãos da Casa

Por: Redação



Operação de contêineres no Porto de Santos: BR do Mar prevê incentivos à navegação de cabotagem
Foto: Carlos Nogueira/AT

O Projeto de Lei nº 4.199, que institui o programa BR do Mar e prevê incentivos à cabotagem, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Agora, o texto será examinado por mais três comissões: de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

O relator do projeto, senador Nelson Trad (PSD-MS), recomendou a aprovação do texto original com 13 emendas por ele apresentadas, além de 24 das 44 emendas oferecidas por outros senadores, acolhidas total ou parcialmente. O parlamentar destacou o incremento à oferta e à qualidade do transporte por cabotagem, o incentivo à competitividade na prestação desse serviço, a ampliação da frota, o estímulo ao desenvolvimento da indústria naval nacional e a otimização no uso de recursos gerados pelo Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

A CAE também aprovou prorrogação do prazo do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) até 31 de dezembro de 2023, após diversos pedidos do setor. A retomada do programa integra o texto do projeto de lei. Segundo o relator, a ausência desse benefício, vigente entre 2004 e 2020, trouxe prejuízos à logística e à indústria do País, que está em um momento crucial de investimentos.

De acordo com Trad, perdas deverão ser amargadas pelos operadores logísticos e pelos usuários dos portos e do sistema de transporte ferroviário, sem esquecer dos reflexos negativos sobre o agronegócio, na hipótese de o Reporto não ser prorrogado

O BR do Mar também prevê a criação da Empresa Brasileira de Investimento na Navegação (EBN-i), que vai constituir frota e fretar as embarcações para as empresas brasileiras de navegação (EBN) operarem, dispensando a necessidade de investir em frota própria.

Ainda nesta perspectiva, o programa modifica a destinação de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) — financiado, especialmente, pela arrecadação do AFRMM, ampliando as hipóteses de uso pelo setor, com a inclusão, por exemplo, de manutenções preventivas nas embarcações.

“Aumenta-se a possibilidade das EBNs afretarem embarcações sem a obrigatoriedade de possuírem embarcações próprias, como exigido pela legislação vigente. Esta mudança, no entanto, vem acompanhada de incentivos para que as EBNs mantenham e aumentem a frota própria, o que contribui para importante aspecto da navegação de cabotagem, que é a disponibilidade do serviço”, explicou o senador no parecer.

O relator ainda recomendou a tramitação autônoma do Projeto de Lei nº 422/2014, da senadora Kátia Abreu, que propõe a modernização do controle de tráfego marítimo na área dos portos, por meio da alteração de uma série de dispositivos que interferem nos serviços de praticagem.

Emendas parlamentares

O projeto BR do Mar recebeu 13 emendas do relator e outras 24 de outros parlamentares. Para o senador Nelson Trad (PSD-MS), o relatório vai garantir a redução do Custo Brasil. E, agora, será necessária uma “defesa intransigente em plenário”.

Entre as emendas acolhidas pelo relator, estão as apresentadas pelos senadores Plínio Valério (PSDB-AM) e Eduardo Braga (MDB-AM), que visam reduzir custos de operação sem comprometer os incentivos fundamentais à Marinha Mercante. Ambos defenderam a redução da alíquota do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) de 10% para 8% na navegação de cabotagem, mantendo em 40% na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de grãos líquidos na região Norte e Nordeste.

“É importante ressaltar que as reduções das alíquotas do AFRMM não ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (...) uma vez que estamos tratando de modalidades de navegação distintas. Ademais, ao mantermos a alíquota de 40% para o transporte de grãos líquidos na navegação fluvial e lacustre, e propormos a alíquota de 8% para o transporte das demais cargas (inclusive grãos sólidos), estamos elevando a arrecadação de tributos e, portanto, não há qualquer renúncia de receita nesse ponto que possa ser enquadrada entre as hipóteses previstas na LRF”, apontou Trad.

Outra alteração foi amparada em emenda de autoria do senador Lucas Barreto (PSD-AP). Para eliminar eventual insegurança jurídica, ficou estabelecido que as embarcações estrangeiras poderão usufruir das mesmas condições comerciais para a prestação dos serviços de apoio portuário.

O relator acolheu parcialmente emenda da senadora Kátia Abreu (PP-TO). A ideia era eliminar a exigência de um número máximo de viagens permitidas nos afretamentos a tempo, caracterizados pela disponibilização, por tempo determinado, de um navio completamente equipado e em condição de navegabilidade pelo armador. Para Trad, a medida, tal como formulada, abriria o setor de cabotagem brasileira para navios estrangeiros.

A saída encontrada foi admitir um número ilimitado de viagens, desde que a autorização para o afretamento vinculasse uma embarcação específica.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/09/2021

ÚLTIMO EPISÓDIO DO 'PORTO 360º - O DESAFIO' VAI AO AR NESTA QUINTA

Exibição acontece a partir das 19h45 nas redes sociais do Grupo Tribuna

Por: ATribuna.com.br



**O reality é apresentado por Maxwell Rodrigues.
Foto: Alexander Ferraz/AT**

O último episódio do programa 'Porto 360º O Desafio' vai ao ar nesta quinta-feira (23), às 19h45. O episódio trará as equipes Shark, Visionários e Diamante, que chegaram à reta final da disputa.

O primeiro reality abordando o setor portuário rendeu oito episódios, que resultou em três talentos contratados pelos maiores terminais portuários: Brasil Terminal Portuário, DP World e Santos Brasil. Além disso, o participante destaque foi contemplado com um curso de MBA da Strong FGV.

O último episódio do Porto 360º O Desafio será transmitido nas redes sociais do Grupo Tribuna. Para conferir mais informações sobre o reality, **[clique aqui](#)**.

<https://www.porto360tribuna.com.br/>

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/09/2021

ULTRACARGO PREPARA NOVO ACESSO FERROVIÁRIO EXCLUSIVO NO PORTO DE SANTOS

Projeto visa facilitar o acesso de cargas à unidade, reduzindo os custos logísticos

Por: Redação



O plano foi anunciado pelo presidente da Ultracargo, Décio Amaral, na tarde desta segunda (20) Foto: Alexander Ferraz/AT

O terminal da Ultracargo no Porto de Santos negocia a construção de um ramal ferroviário exclusivo para suas instalações, especializadas na movimentação de graneis líquidos e localizadas na região da Alemoa, na Margem Direita do complexo

marítimo. O projeto visa facilitar o acesso de cargas à unidade, reduzindo os custos logísticos nesses transportes.

O plano foi anunciado pelo presidente da Ultracargo, Décio Amaral, na tarde desta segunda-feira (20), em visita à sede do Grupo Tribuna. Ele foi recebido pelo diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, pelo diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, pelo diretor de conteúdo do Grupo Tribuna, Alexandre Lopes, pelo diretor comercial, Demétrio Amono, e pela gerente de projetos e Relações Institucionais, Arminda Augusto.

Amaral estava acompanhado pela gerente de Sustentabilidade e Comunicação da Ultracargo, Fernanda Guedes, pelo gerente executivo de Operações Sudeste, Leopoldo José Gimenes, e pelo diretor de Operações, Flavio Jacociunas.

Atualmente, o terminal da Ultracargo em Santos conta apenas com acesso rodoviário. Ao ganhar uma linha ferroviária exclusiva, ligada à malha que serve o cais santista e, a partir dela, às ferrovias que chegam às zonas produtoras do Centro-Oeste, o terminal poderá ampliar as áreas atendidas no Brasil, explicou Décio Amaral.

De acordo com o executivo, o projeto será desenvolvido nos próximos dois anos. O terminal da Ultracargo em Santos funciona em áreas da própria empresa, fora dos terrenos da União.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/09/2021

USIMINAS ADERE AO PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Empresa se compromete com temas como Direitos Humanos, Trabalho e Meio Ambiente

Por: Conteúdo Patrocinado



Produção de bobinas simboliza um processo em que todas as metas ESG são seguidas rigorosamente Foto: Divulgação/Usiminas

O propósito de avançar mais na agenda ESG (sigla em inglês para Meio Ambiente, Social e Governança) levou a Usiminas a formalizar, em abril, sua adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa é um compromisso proposto pela entidade para estimular as empresas a alinharem sua atuação de

modo a promover o crescimento sustentável estimulando a sociedade a atingir o desenvolvimento sustentável até 2030.

A partir da adesão (que é voluntária), a Usiminas se compromete com temas como Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. O Pacto Global conta hoje com mais de 16 mil membros, entre empresas e organizações, em um total de 160 países.

Sergio Leite, presidente da Usiminas, lembra que, há alguns anos, a empresa vem debatendo os caminhos para a perenidade de seus negócios e a necessidade de construir uma ação ativa da companhia como agente de desenvolvimento econômico e social. “Já tínhamos uma agenda de sustentabilidade forte e uma ação social que remonta ao início de nossas operações. E, ao assumirmos mais esse compromisso público, ampliamos nossa visão, essa agenda ganha ainda mais força e se torna uma meta da companhia ao longo dos anos”, afirma.

Dentre os princípios aparecem os direitos humanos, que englobam a respeito aos direitos e o impedimento das violações deles; princípios de direitos de trabalho; proteção ambiental (apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; promover a responsabilidade ambiental; encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente), entre outros. Princípios humanos, direitos do trabalho, como a liberdade de associações e melhoria contínua do meio ambiente estão na linha de frente da empresa.

“Temos investido constantemente em segurança do trabalho, saúde e qualidade de vida no nosso dia-a-dia. As pessoas têm que vir trabalhar felizes, retornar com segurança e saúde para suas casas e nós temos de criar a atmosfera para que isto aconteça, reforçando nosso papel como agente de desenvolvimento econômico e social. Assumir compromissos que já estão relacionados com a nossa atuação diária, como o Pacto Global da ONU, reforçam isso”, finaliza André Chaves, gerente-geral de Sustentabilidade da Usiminas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 23/09/2021



PORTAL PORTO GENTE

"A HORA DE AGIR É AGORA", AFIRMA MAERSK SOBRE DESCARBONIZAÇÃO DA FROTA

Assessoria de Comunicação

Em 2024, a Maersk apresentará uma série inovadora de 8 navios porta-contêineres capazes de operar com metanol neutro em carbono

Durante a abertura da 76.^a Assembleia Geral das Nações Unidas na terça-feira (21/9), o secretário-geral da ONU, António Guterres, alertou para as questões ambientais, sobretudo para as mudanças climáticas. Em se tratando do objetivo de neutralizar a emissão de carbono no mundo até 2030, Guterres elogiou as iniciativas que estão agindo neste sentido e pediu a mobilização dos governos para que esta meta seja alcançada.



Em agosto deste ano, o grupo Maersk, líder global em logística, anunciou que até o primeiro trimestre de 2024 apresentará o primeiro de uma série inovadora de 8 grandes navios porta-contêineres, capazes de operar com metanol neutro em carbono. Segundo o CEO da A.P. Moller - Maersk,



Soren Skou, “a hora de agir é agora, se quisermos resolver o desafio climático do transporte marítimo”.

“Este pedido prova que soluções neutras em carbono estão disponíveis hoje em todos os segmentos de navios porta-contêineres e que a Maersk está comprometida com o número crescente de nossos clientes que buscam descarbonizar suas cadeias de suprimentos. Além disso, este é um sinal firme para os produtores de combustível de que a demanda de mercado considerável pelos combustíveis verdes do futuro está surgindo rapidamente”, analisa Skou.

Os navios serão construídos pela Hyundai Heavy Industries (HHI) e têm uma capacidade nominal de aproximadamente 16.000 contêineres (equivalente a vinte pés — TEU).

Carbono zero

Mais da metade dos 200 maiores clientes da Maersk definiram ou estão em processo de definir metas com base científica, a exemplo do carbono zero para suas cadeias de abastecimento. Como parte da colaboração contínua da Maersk com os clientes – líderes de sustentabilidade corporativa – como Amazon, Disney, H&M Group, HP Inc., Levi Strauss & Co., Microsoft, Novo Nordisk, The Procter and Gamble Company, PUMA, Schneider Electric, Signify, Syngenta e Unilever se comprometeram a usar e dimensionar soluções de carbono zero para o transporte marítimo.

A Maersk irá operar as embarcações com e-metanol neutro em carbono ou bio-metanol sustentável o mais rápido possível. Fornecer uma quantidade adequada de metanol neutro em carbono desde o primeiro dia de serviço será um desafio, pois requer um aumento significativo da produção de metanol neutro em carbono, para o qual a Maersk continua a se envolver em parcerias e colaborações com jogadores relevantes.

As embarcações serão projetadas para ter um perfil operacional flexível, permitindo-lhes um desempenho eficiente em muitos negócios e adicionando flexibilidade em relação às necessidades do cliente. Eles apresentarão uma configuração de propulsão de metanol desenvolvida em colaboração com fabricantes como MAN ES, Hyundai (Himsen) e Alfa Laval, que representam um aumento significativo da tecnologia do limite de tamanho anterior de aproximadamente 2.000 TEU. Os navios serão classificados pelo American Bureau of Shipping.

“Estamos muito entusiasmados com estas adições à nossa frota, que oferecerão acesso exclusivo ao transporte neutro em carbono em alto mar aos nossos clientes, ao mesmo tempo em que equilibra suas necessidades de custos competitivos de slots e operações flexíveis. Para nós, este é o tipo de navio de grande porte ideal para permitir o comércio global sustentável em alto mar nas próximas décadas e, a partir de nosso diálogo com potenciais fornecedores, estamos confiantes que conseguiremos obter o metanol neutro em carbono necessário”, afirma Henriette Hallberg Thygesen, CEO do Departamento de Fleet & Strategic Brands da AP Moller - Maersk.

Os novos navios vêm como parte do programa contínuo de renovação da frota da Maersk e substituirão uma tonelagem de mais de 150.000 TEU que está chegando ao fim da vida útil e deixando a frota administrada pela Maersk entre 2020 e o primeiro trimestre de 2024.

O que as empresas estão dizendo sobre sustentabilidade

Leyla Ertur, chefe de Sustentabilidade da H&M, afirma que a companhia possui ambições sustentáveis e quer atingi-las nos próximos anos. “Como líder do setor, o H&M Group tem a responsabilidade de combater as mudanças climáticas. Temos a ambição de nos tornarmos neutros para o clima até 2030 e positivos para o clima até 2040. Acreditamos sinceramente que nossas ações climáticas devem ser co-criadas com nossos parceiros. O investimento da Maersk em grandes navios que operam com metanol verde é um passo inovador importante para apoiar os objetivos climáticos do Grupo H&M no frete internacional e estamos orgulhosos de fazer parte desta jornada pioneira.

Para Antoine Simonnet, diretor da cadeia de suprimentos da HP Inc., “a sustentabilidade está incorporada em nossos negócios e continua sendo um valor fundamental na HP. Recentemente, anunciamos alguns dos objetivos de ação climática mais ambiciosos em nosso setor e, para alcançá-los, estamos implementando soluções de transporte mais sustentáveis em nossa cadeia de suprimentos, incluindo esta colaboração de combustíveis verdes com a Maersk. É um passo importante para todas as empresas envolvidas para fazer o maior impacto possível e ajudar a combater a crise climática”.

Maurice Loosschilder, chefe de Sustentabilidade da Signify, entende que “o mundo está finalmente acordando para a crise climática”. “A próxima década deve ser de ‘ação climática’. Com Brighter Lives, Better World 2025 — nosso programa de sustentabilidade de cinco anos — estabelecemos uma nova meta para ir além da neutralidade de carbono e dobrar o ritmo em que nos encontraremos o cenário de 1,5 °C estabelecido pelo Acordo de Paris. A promessa é cumprir essa meta ambiciosa em toda a nossa cadeia de valor e fazer isso seis anos antes. Nossa parceria renovada com a Maersk nos ajudará a dimensionar soluções de carbono zero em nossa cadeia de suprimentos e operações logísticas, proporcionando uma grande variedade de reduções de emissões”, afirma.

De acordo com Michelle Grose, chefe de Logística e Satisfação da Unilever, a empresa está “estando empenhada em acelerar a transição para soluções de transporte limpo, não apenas em nossas próprias operações, mas ao longo das cadeias de valor globais, enquanto trabalhamos para alcançar emissões líquidas zero até 2039”.

“Com logística e distribuição respondendo por cerca de 15% de nossas emissões de gases de efeito estufa pegada, é importante que trabalhem com parceiros que estão mudando para combustíveis com baixo teor de carbono. Estamos orgulhosos da parceria com a Maersk como pioneira no transporte de carbono neutro em alto mar”, conclui.

Combustível verde

Em agosto, Maersk firmou acordos com a REIntegrate, subsidiária da empresa dinamarquesa de energia renovável European Energy, para produzir combustível verde para o primeiro navio a operar com metanol neutro em carbono.

A REIntegrate e a European Energy estabelecerão uma nova instalação dinamarquesa para produzir, aproximadamente, 10 mil toneladas de e-metanol neutro em carbono que o navio da Maersk consumirá anualmente.

“Esta parceria pode se tornar um modelo de como dimensionar a produção de combustível verde por meio da colaboração com parceiros em todo o ecossistema da indústria, proporcionando experiências valiosas à medida que progredimos em nossa jornada para descarbonizar as cadeias de abastecimento de nossos clientes”, analisa Thygesen.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 23/09/2021

PROGRAMA DE INOVAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO FAZ SELEÇÃO DE STARTUPS

Assessoria de Comunicação

As startups de mobilidade urbana vencedoras serão pré-incubadas pelo Programa de Inovação da NTU

A Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) segue com a programação do Seminário Nacional NTU 2021 e Feira Lat.Bus Transpúblico/Feira Latino-Americana de Transporte 2021, nesta quinta-feira (23/9). A imprensa interessada nos temas do dia poderá participar e tirar dúvidas ao fim de cada painel/debate, por meio de chat. Para isso, basta se identificar e informar o veículo de comunicação ao qual pertence. Antes, para ingressar nas salas virtuais, deverá fazer o credenciamento gratuito no evento aqui. É importante que no ato do

cadastro marque o box "Jornalista - credenciamento para a cobertura do evento". Assim, poderá acompanhar todos os debates e painéis de interesse e acessar a programação **completa clicando aqui**. <https://ampexperience.com.br/lat-bus-2021/>



Transporte Rodoviário

3º Dia - Final do III Desafio do COLETIVO
Das 9h às 10h30: Seleção de startups inovadoras para serem pré-incubadas

O COLETIVO, programa de inovação em mobilidade urbana criado pela NTU, anunciará os vencedores do III Desafio do COLETIVO.

Participarão da seleção novos projetos que têm

como objetivo promover inovações para melhorar a mobilidade urbana coletiva e torná-la mais sustentável. Participam da final as startups Bus'Station, Combudata, Ecomilhas, Nidus, Ubus Tecnologia S.A. e Wifiwiz.

Sobre a Premiação - Os três primeiros colocados do III Desafio do COLETIVO terão o direito de participar da pré-incubação no Hub COLETIVO. A pré-incubação de projetos oferecerá, durante o período de seis meses, o suporte para que os projetos de inovação se desenvolvam em termos técnicos, comerciais e administrativos, entre outros.

PAINEL 5: "Impulsionadores da Inovação"

Das 11h às 12h30, a discussão será sobre inovação no transporte coletivo urbano no Brasil. O painel contará com a participação dos parceiros patrocinadores do COLETIVO - Programa de Inovação em Mobilidade Urbana da NTU, que poderão apresentar suas iniciativas na área de inovação, com objetivos, estratégias e resultados. Participam representantes das empresas Mercedes-Benz do Brasil, Praxio, Marcopolo e Caio.

Debate: "Engajamento para potencializar a inovação"

Das 15h às 16h30, atores-chave do ecossistema de inovação em transporte público debatem como engajar diferentes públicos e mudar a cultura organizacional para promover e potencializar soluções inovadoras, com foco no transporte público coletivo. Participam Necta, CWBus, Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis, Visa e Mastercard.

Programação completa e nome de palestrantes, clique aqui.

<https://ampexperience.com.br/lat-bus-2021/>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 23/09/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SPA SELECIONA PROJETOS PARA O FESTIVAL PORTO-CIDADE 2022

Informação: Santaportal (23 de setembro de 2021)

A Santos Port Authority (SPA) está selecionando projetos, nas áreas de esporte, cultura e meio ambiente, para o Festival Porto-Cidade, que ocorrerá de 2 a 6 de fevereiro de 2022, em comemoração ao aniversário de 130 anos do Porto de Santos.

Os projetos podem ser apresentados até o dia 8 de outubro e os eventos deverão ser abertos ao público, visando a participação da sociedade no entorno do maior porto da América Latina.



Na seleção serão avaliados projetos cujo orçamento total não ultrapasse R\$ 800 mil (embora o patrocínio da SPA seja de, no máximo, R\$ 200 mil). Serão escolhidas no máximo três propostas para patrocínio e os critérios de seleção buscarão atender as três categorias.

Esta será a terceira edição do Festival Porto-Cidade. Na primeira, em 2020, houve uma regata na baía de Santos e uma prova de rua (5 km) no centro da cidade. Já neste ano, devido à pandemia, a programação foi online, com a participação da nadadora Ana Marcela Cunha, campeã olímpica em Tóquio, e outros convidados – além de um concurso de fotografias.

A documentação para envio dos projetos deverá ser enviada por meio do Portal do Cliente e Fornecedor, no site <http://www.portodesantos.com.br>

O acesso ao regulamento completo com orientações e detalhes do processo de seleção pode ser realizado pelo site da Companhia, disponível no link: <http://www.portodesantos.com.br/wp-content/uploads/Regulamento-Porto-Cidade.pdf>

Outras dúvidas, sugestões e solicitações de informações adicionais sobre patrocínios e as Chamadas de Projetos podem ser encaminhadas ao e-mail patrocínios@brssz.com.br

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/09/2021

MSC INVESTE EM UMA NOVA SOLUÇÃO DE EFICIÊNCIA PARA REDUZIR AS EMISSÕES DE SUA FROTA

Informação: Mundo Marítimo (23 de setembro de 2021)

Para melhorar ainda mais a eficiência de sua frota, a MSC implantará uma solução de lubrificação de ar, chamada Silverstream System, em uma parte significativa de seus navios encomendados.

A tecnologia por trás desse sistema de lubrificação a ar permite que a empresa de transporte consiga economias significativas no consumo de bunker e nas emissões de CO₂, ajudando o navio a se mover com mais suavidade na água.

O Silverstream System cria uma “manta” de bolhas de ar na superfície do casco do navio, reduzindo a resistência criada pelo casco ao deslizar pelo mar. Além de economizar energia e emissões, este sistema de lubrificação de ar também ajuda a minimizar ruídos, vibrações e incrustações.

Giuseppe Gargiulo, Diretor de Novas Construções da MSC em Sorrento, Itália, disse que “no quadro de nossos importantes esforços para continuar a melhorar nosso desempenho ambiental, buscamos continuamente novas soluções inovadoras que nos ajudem a melhorar a eficiência.”

Ele detalhou ainda que “a tecnologia de lubrificação de ar é uma das tecnologias comprovadas que podem ajudar os navios a economizar combustível e reduzir as perdas de energia. Com um design de casco adequado, a redução substancial nas emissões de carbono que pode oferecer. O sistema Silverstream se encaixa perfeitamente com nossa ambição de equipar nossa frota com as tecnologias mais recentes disponíveis, ajudando-nos a nos aproximarmos de um futuro livre de carbono. “

O Silverstream System pode levar a uma redução significativa de 1,6 milhão de toneladas de emissões de carbono ao longo do ciclo de vida dos navios. Além disso, a MSC pode ver uma economia estimada de custo de combustível de mais de € 257 milhões no mesmo período.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 23/09/2021

COSCO COMPRA PARTICIPAÇÃO NO TERMINAL DE CONTÊINERES DE HAMBURGO PARA CENTRO EUROPEU

Informação: *The Maritime Executive* (23 de setembro de 2021)



COSCO estabelecerá um hub em Hamburgo com uma participação minoritária (COSCO)

A COSCO Shipping Ports, parte do grupo de transporte estatal da China, firmou uma aliança estratégica com a grande operadora de terminais de contêineres de Hamburgo, Hamburger Hafen und Logistik AG (HHLA). De acordo com os termos do acordo, a COSCO comprará uma participação minoritária no Terminal de Contêineres HHLA Tollerort,

um dos três terminais operados pela HHLA, com a Tollerort se tornando o hub preferencial da COSCO para todas as suas operações marítimas europeias.

De acordo com os termos do acordo, a COSCO Shipping Ports irá adquirir uma participação minoritária de 35 por cento no Terminal de Contêineres Tollerort. É parte da estratégia da empresa chinesa de construir uma rede global de terminais, expandindo suas operações atuais, que incluem cinco terminais na China. Em 30 de junho de 2021, os Portos de Navegação da COSCO operavam e administravam 357 berços em 36 portos em todo o mundo, dos quais 210 eram para contêineres, com uma capacidade anual combinada de movimentação de 118 milhões de TEU.

Zhang Dayu, Diretor Administrativo da CSPL disse “O Terminal de Contêineres Tollerort em Hamburgo é a pedra angular da logística na Europa e tem excelentes perspectivas de desenvolvimento futuro. Estamos ansiosos para trabalhar junto com nosso parceiro HHLA para liberar o potencial existente e desenvolver ainda mais o terminal.”

A COSCO observou que o Porto de Hamburgo possui uma forte localização geográfica e abundantes instalações de coleta e distribuição na retaguarda, tornando-o um dos centros comerciais mais importantes da Europa à China. O terminal Tollerort tem quatro berços, incluindo a capacidade de lidar com os maiores navios de 20.000 TEU da COSCO e 14 guindastes de pórtico para contêineres. Ele também tem uma estação ferroviária com um total de cinco trilhos, proporcionando um forte acesso aos destinos do interior.

A HHLA espera que o acordo fortaleça o relacionamento com seu parceiro chinês, bem como a segurança do planejamento de longo prazo para o Terminal de Contêineres Tollerort e capacidade e emprego garantidos no Porto de Hamburgo. Com a participação minoritária da CSPL, os CTT passam a ser o ponto de transbordo preferencial da COSCO, onde se concentram os fluxos de carga.

Angela Titzrath, presidente do Conselho Executivo da HHLA, observou que o setor de navegação está passando por mudanças drásticas. A HHLA observou que trabalha com transportadores chineses há 40 anos e espera que, ao construir esse relacionamento, possa expandir as operações para melhorar a interconexão no negócio de logística entre a China e Hamburgo.

O porto de Hamburgo informou recentemente que começou a se recuperar principalmente durante o segundo trimestre de 2021 dos impactos da pandemia. Durante os primeiros seis meses do ano, o volume total de carga do porto cresceu 3,8%, para 63,5 milhões de toneladas. Eles relataram que a tendência também era nitidamente ascendente para o manuseio de contêineres em Hamburgo, com um aumento de 5,5% para 4,3 milhões de TEU no primeiro semestre do ano. À frente em mais de seis por cento, a movimentação de contêineres de exportação de 2,1 milhões de TEU cresceu mais rápido do que as importações, que subiram cinco por cento para 2,2 milhões de TEU. Segundo a HHLA, quase um terço dos contêineres movimentados em Hamburgo têm origem na China ou têm como destino o mercado chinês.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/09/2021

MAERSK CHAMA JAFZA DE LAR PARA SUA PRIMEIRA INSTALAÇÃO DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Informação: MAERSK (23 de setembro de 2021)



Foto: Maersk

Dubai, 22 de setembro de 2021: Maersk Kanoo Emirados Árabes Unidos, um integrador de logística de contêineres, assinou hoje um acordo com o principal centro de comércio e logística da DP World, a Zona Franca de Jebel Ali (Jafza) para estabelecer sua primeira instalação de Armazenamento e Distribuição (W&D) no Emirados Árabes Unidos. O acordo foi assinado por Christopher Cook, Diretor Administrativo, Maersk

UAE e Abdulla Bin Damithan, CEO e Diretor Administrativo, DP World – UAE Region & Jafza, hoje na sede regional da Maersk West & Central Asia em Dubai. Os 10.000 metros quadrados As instalações serão localizadas em Jafza, em Dubai.

O transporte marítimo e a logística e distribuição de entrada têm sido tradicionalmente compartilhados entre vários interessados na região, resultando em requisitos logísticos complexos. Com suas novas instalações de W&D, a Maersk está dando um passo importante para a construção de uma solução verdadeiramente integrada para seus clientes, em que os clientes terão uma janela única de acesso a vários requisitos de logística, não apenas para as mercadorias que entram e saem dos Emirados Árabes Unidos, mas também para outros países do Oriente Médio que usam Dubai como porta de entrada para o comércio global.

Na Maersk, temos o compromisso de conectar e simplificar as cadeias de suprimentos de nossos clientes. E nos tempos de hoje, adicionar flexibilidade às suas cadeias de abastecimento tornou-se mais crucial do que nunca. Estou animado por estarmos dando um passo sólido nessa direção com o anúncio de nossa primeira instalação de W&D nos Emirados Árabes Unidos – Christopher Cook, Diretor Administrativo, Maersk Emirados Árabes Unidos.

Temos o orgulho de dar as boas-vindas à Maersk, parceira de longa data da DP World no comércio, para estabelecer sua primeira instalação de armazenamento e distribuição dos Emirados Árabes Unidos em Jafza. Nossa incrível infraestrutura combinada com a proximidade de diferentes operações e negócios estabelece a base certa para uma configuração que a Maersk previu para suas ambições de crescimento nos Emirados Árabes Unidos. Combinada com a força do Porto de Jebel Ali, a Jafza cria o centro de comércio e logística multimodal ideal na região, conectando empresas a mais de 3,5 bilhões de consumidores. Esta mudança está se baseando no legado da DP World e da Maersk, e esperamos estender nosso apoio em sua jornada conosco. – Abdulla Bin Damithan, CEO e Diretor Executivo, DP World – Região dos Emirados Árabes Unidos e Jafza.

A nova instalação de W&D da Maersk em Dubai será um acréscimo à pegada global existente de mais de 250 depósitos que cobrem 1,5 milhão de metros quadrados. em 50 países. A instalação oferecerá uma capacidade total de armazenamento de 80.000 metros cúbicos e atenderá a vários tipos de bens em setores como petroquímica, varejo e estilo de vida, bens de consumo de movimento rápido (FMCG), tecnologia e automotivo, entre outros. A instalação está estrategicamente localizada, não apenas com uma conexão estreita com as operações portuárias, mas também com o Aeroporto Al Maktoum. Isso permitirá que a instalação atenda aos consumidores que requerem cross-docking aéreo e também aqueles que movimentam cargas menores que o contêiner (LCL).

A instalação da Maersk W&D será alimentada por um sistema de gerenciamento de armazém de última geração que implementa tecnologias modernas e soluções digitais para gerenciamento de estoque eficiente, rastreamento e rastreamento em nível de unidade e oferece painéis ricos para maior visibilidade e insights mais profundos. Por exemplo, com soluções avançadas para gerenciamento de data de validade, os desperdícios no FMCG podem ser reduzidos a zero, criando assim uma vantagem competitiva de custo para os clientes da Maersk. Christopher Cook acrescentou: “Nossos clientes merecem soluções que agreguem valor e criem eficiências para suas cadeias de abastecimento. Com nossas instalações de W&D de última geração, estou confiante de que estamos bem posicionados para assumir essa responsabilidade.”

As instalações de W&D da Maersk serão uma adição aos serviços existentes fornecidos, que incluem transporte marítimo, transporte terrestre, liberação alfandegária, logística de contrato e soluções de comunicação eletrônica. Os clientes que aproveitam as vantagens das soluções integradas da Maersk se beneficiarão com a redução da entrega de suas cargas ao longo de sua jornada, levando a tempos de resposta potencialmente mais rápidos, maior visibilidade, melhor controle e mais previsibilidade de suas cadeias de abastecimento.

Sobre AP Moller – Maersk

AP Moller-Maersk é uma empresa de logística integrada de contêineres que trabalha para conectar e simplificar as cadeias de suprimentos de seus clientes. Como líder global em serviços de transporte marítimo, a empresa opera em 130 países e emprega cerca de 80.000 pessoas.

Sobre a Zona Franca de Jebel Ali (Jafza)

Jafza é uma das principais zonas de comércio livre do mundo e abriga mais de 8.000 empresas multinacionais. A Jafza responde por 23,9% do fluxo total de IED (Investimento Estrangeiro Direto) em Dubai, sustentando o emprego de mais de 135 mil pessoas nos Emirados Árabes Unidos. Em 2019, a Jafza gerou negócios no valor de US \$ 99,5 bilhões.

Estrategicamente localizado no cruzamento de uma região que fornece acesso ao mercado para mais de 3,5 bilhões de pessoas, o Porto de Jebel Ali e a Zona Franca criam um hub multimodal integrado que oferece conectividade marítima, aérea e terrestre, complementada por extensas instalações de logística. O porto e a zona franca contribuíram com 33,4% do PIB de Dubai em 2017.

Jafza é o principal centro de negócios entre a Ásia, Europa e África, conectando alguns dos mercados de manufatura e consumidores de crescimento mais rápido em todo o mundo. Com mais de 30 anos de experiência, a Jafza se concentra no relacionamento de longo prazo com o cliente, construindo alianças com investidores globais e fornecendo infraestrutura e suporte de classe mundial. Além de incentivos e serviços de valor agregado voltados para a qualidade, a Jafza é um facilitador de oportunidades de negócios, oferecendo aos seus clientes acesso fácil e eficiente a oportunidades de negócios substanciais na região.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 23/09/2021*

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

ANATEL ADIA ANÁLISE DO 5G; GOVERNO CITA PREJUÍZO DE R\$100 MI POR DIA

Por Aluisio Alves

SÃO PAULO (Reuters) – O ministro das Comunicações, Fábio Faria, afirmou nesta segunda-feira que atrasos no calendário para o leilão das frequências da tecnologia 5G estão provocando prejuízo de 100 milhões de reais por dia ao país, após um adiamento na análise do tema pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O número citado por Faria tem como base uma estimativa do governo federal de que o leilão das faixas trará ao país investimento da ordem de 2,8 bilhões de reais por mês.

“Portanto, um pedido de vistas desse representa um prejuízo de cerca de 100 milhões de reais por dia”, disse o ministro a jornalistas, classificando como “altamente inesperado” o pedido de vista do conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Moisés Moreira, que suspendeu a análise do processo.

O aval final da Anatel, que analisa o processo desde outubro de 2019, é a última etapa antes da realização do leilão, que o governo pretendia realizar em 14 de outubro.

Uma data para retomada da análise do assunto na Anatel não foi definida, mas pode acontecer logo que Moreira solicitar uma reunião extraordinária do colegiado.

Ainda assim, Faria manteve a expectativa de que o leilão acontecerá no mês que vem.

“Temos condições de ser o primeiro país na América Latina com o 5G e quem sair na frente leva vantagem”, disse o ministro. “Cada dia de atraso me incomoda demais”.

Em agosto, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o leilão também após um pedido de vistas que atrasou o processo.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 23/09/2021

ARRECADAÇÃO EM AGOSTO SOMA R\$ 146,463 BILHÕES, ALTA REAL DE 7,25%

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 146,463 bilhões em agosto. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 7,25% na comparação com o mesmo mês de 2020.

Em relação a julho deste ano, houve queda real de 15,22% no recolhimento de impostos. O valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de agosto da série histórica, que tem início em 1995.

O resultado das receitas veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo Broadcast Projeções, que ia de R\$ 124,50 bilhões a R\$ 156,574 bilhões, com mediana de R\$ 145,20 bilhões.

No acumulado do ano até agosto, a arrecadação federal somou R\$ 1,199 trilhão, também o maior volume para o período da série iniciada em 1995. O montante ainda representa um avanço real de 23,53% na comparação com os primeiros oito meses do ano passado.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 23/09/2021

SAFRA DE SOJA DO BRASIL DEVE ATINGIR RECORDE DE 145 MI T EM 21/22, DIZ IHS MARKIT

Por Nayara Figueiredo



Lavoura de soja

SÃO PAULO (Reuters) – A produção brasileira de soja deve alcançar um recorde de 145 milhões de toneladas, disse a consultoria IHS Markit nesta quinta-feira, elevando sua projeção em 1 milhão de toneladas ante a análise de agosto.

Na mesma linha, a perspectiva para a área de plantio da

oleaginosa avançou de 40,5 milhões de hectares para 40,8 milhões, disse à Reuters o analista da IHS Aedson Pereira.

Segundo ele, a ocorrência do fenômeno climático La Niña traz algumas preocupações em relação ao potencial produtivo, mas não a ponto de impedir uma nova máxima histórica na produção do grão, puxada pelo incremento no plantio.

“O sentimento de ampliação da área plantada com a rentabilidade, antecipação das compras de insumos, o investimento que o produtor se predispôs a fazer e olhando os mercados que orbitam a cadeia, temos uma indicação muito forte de que a área deve crescer com intensidade”, afirmou o especialista.

Pereira ainda ressaltou que o destaque de crescimento de área vai para os Estados que fazem parte do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), apoiados pela melhora de escoamento pelos portos do Arco Norte.

Além disso, é possível enxergar avanços em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, disse ele.

“Se o Paraná não tiver problema, vai ser uma briga boa entre Paraná e Mato Grosso do Sul pelo segundo maior produtor de soja no país.”

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indicam que, na safra passada, a produção de soja do Brasil alcançou 135,9 milhões de toneladas.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 23/09/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

COFCO FECHA EMPRÉSTIMO DE US\$ 700 MILHÕES VINCULADO A METAS DE SUSTENTABILIDADE



Os credores vão oferecer taxas de juros mais baixas para a Cofco considerando metas como a rastreabilidade socioambiental de seus suprimentos de soja no Brasil, disse a empresa (Imagem: Reuters/Stringer)

A Cofco International assinou um acordo com sete bancos para um empréstimo de 700 milhões de dólares vinculado a metas de sustentabilidade, anunciou a comerciante de commodities chinesa nesta quarta-feira.

Os credores vão oferecer taxas de juros mais baixas para a Cofco considerando metas como a rastreabilidade socioambiental de seus suprimentos de soja no Brasil, disse a empresa.

Este é o segundo empréstimo vinculado à sustentabilidade da Cofco, acrescentou o comunicado.

Fonte: MoneyTimes
Data: 23/09/2021

CRISE ELÉTRICA ELEVA CUSTOS DE PARTE DO SETOR DE MINERAÇÃO NO BRASIL, DIZ IBRAM

Por Reuters



O país vive a maior seca em mais de 90 anos em reservatórios de hidrelétricas principal fonte geradora de energia no Brasil (Imagem: REUTERS/Ueslei Marcelino)

Parte da indústria de mineração tem sofrido forte aumento nos custos diante da alta nos preços da eletricidade no Brasil, com a crise elétrica, afirmou à Reuters o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que vê ainda riscos de impactos na

produção mineral, caso o cenário se agrave.

O país vive a maior seca em mais de 90 anos em reservatórios de hidrelétricas principal fonte geradora de energia no Brasil.

Para lidar com o problema, o governo federal tem acionado térmicas mais caras e importações, além de outras medidas que impulsionaram os preços.

Grandes mineradoras, como Vale (VALE3) e Anglo American, disseram que até agora não sentiram impactos mais relevantes em seus custos.

Segundo o Ibram, de maneira geral o setor tem autogeração ou conta com energia contratada previamente no mercado livre, onde grandes indústrias podem negociar diretamente seu suprimento.

Mas outras companhias do setor mineral tiveram que realizar aquisições extras, mesmo contando com parte de energia de geração própria.

“No caso de empresas que já tiveram que realizar aquisição adicional aos seus contratos, elas têm enfrentado um aumento muito grande dos custos, devidos a encargos que estão altíssimos: encargos tanto estruturais quanto conjunturais”, disse o Ibram, em uma resposta por email.

“Os impactos têm sido significativos nos custos de produção das empresas.”

Tais custos, segundo o Ibram, dificilmente são repassados, já que os preços das commodities são baseados em cotações internacionais, em especial no momento de incertezas em relação ao cenário.

Impactos Produtivos e Enfrentamento

O Ibram pontuou, no entanto, que “ainda não foi observado redução na produção devido a estes fatores”.

Porém ponderou que, “com o grande risco de blecautes e em um cenário de racionamento, os impactos no setor produtivo poderão ser significativos, a exemplo do que aconteceu no passado”.

“Embora a mineração tenha se atentado para questões hídricas e energéticas já há algum tempo, a preocupação tem se intensificado, principalmente em relação a um futuro próximo.”

Para enfrentar o cenário, o Ibram pontuou que as mineradoras têm realizado o monitoramento diário do setor elétrico e energético, para guiar ações e planos de contingência, além de submeter ao governo planos de redução voluntária de demanda.

O governo lançou um programa que visa recompensar grandes consumidores que reduzirem seu consumo em horários de maior demanda.

Procurada, a Vale afirmou que vem monitorando o tema com atenção e até o momento não há impacto relevante sobre o negócio.

“Atualmente, a empresa conta com um portfólio robusto de geração própria, baseado em fontes renováveis”, disse a companhia, pontuando que tem procurado diversificar suas fontes de eletricidade por meio de investimentos em energia eólica e solar.

Já a Anglo disse que, diante da baixa pluviosidade verificada na região Sudeste do país nos últimos anos hidrológicos, a Anglo American desenvolveu um sistema de gestão de água com visão de longo prazo.

“Os processos foram melhorados, garantindo reserva de água nos períodos chuvosos e, especialmente, incrementando o reuso do insumo na operação. Com esse trabalho de planejamento de longo prazo, a empresa garante a produção em suas unidades sem aumento de custos ou perda de produção ligada à questão hídrica, afirmou.

Fonte: MoneyTimes
Data: 23/09/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CINCO GRUPOS DISPUTAM INSTALAÇÃO DE NOVO TERMINAL DE GNL EM SUAPE

Por epbr - 23 de setembro de 2021 - Em Mercado de gás



Vista aérea do Porto de Suape, por Rafael Medeiros (Suape)

A concorrência aberta pelo governo de Pernambuco para instalação de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) no Porto de Suape atraiu, até o momento, o interesse de cinco grupos nacionais e estrangeiras – Oncorp, New Fortress Energy (NFE), Compass Gás e Energia (Cosan), TotalEnergies e Sonne Energias Renováveis.

O edital foi publicado ontem (22) e a abertura das propostas está marcada para 22 de outubro, com disputa pelo maior pagamento mensal pelo arrendamento do cais em Suape. Os lances começam em R\$ 700.530,35.

Neste momento, a intenção é fechar um contrato de transição pelo direito de uso de um cais desocupado em Suape. Serão necessárias obras para adequar a instalação de uma FSRU, unidade flutuante de regaseificação, além da conexão por gasodutos.

A exigência é que a adequação seja feita em, no máximo, 120 dias, o que permitiria a operação do novo terminal de GNL brasileiro no início do ano que vem.

Concorrentes têm projetos anunciados

Duas das empresas, Oncorp e FNE, já anunciaram novos negócios contando com a entrada em Suape.



A NFE apresentou, no início do ano, o projeto de instalação de um terminal de GNL associado à usina térmica Ressurreição I, de 289 MW, além da conexão com a rede de distribuição da Copergás, distribuidora de Pernambuco.

Na aquisição dos projetos da Golar no Brasil, concluída em março deste ano, a NFE, por meio da CH4, também comprou as UTEs Camaçari Muricy II e Pecém II, totalizando 288 MW de capacidade instalada.

Nas informações enviadas a Suape, a NFE diz ser possível instalar a FSRU até fevereiro de 2022 e iniciar a operação no mês seguinte; e dar início à operação da UTE Ressurreição I em novembro de 2022.

Estima investimentos de R\$ 251 milhões na revitalização do cais e R\$ 3,5 bilhões em todas as fases do projeto – GNL, UTE e interligação com a rede da Copergás.

A OnCorp, por sua vez, entende ser a única empresa na disputa capaz de atender aos requisitos de Suape. Defende que é a concorrente em fase mais adiantada para instalar a FSRU e iniciar o suprimento de gás para Copergás.

A empresa tem um acordo com a Shell, para atender à distribuidora.

Em agosto, a Shell assinou um acordo de suprimento de gás natural com a Copergás de 750 mil m³ diários e a partir de janeiro de 2022 e de 1 milhão de m³ diários em 2023 na chamada pública aberta pela distribuidora.

“Segunda maior produtora de gás natural no Brasil, a Shell possui também um dos maiores portfólios globais de Gás Natural Liquefeito (GNL), que serão as duas alternativas de suprimento para a Copergás”, comentou a Shell, em nota enviada à época.

A intenção é desenvolver o negócio pela Shell Energy Brasil, marca lançada oficialmente esta semana, que vai tocar projetos de gás e energia, incluindo renováveis e comercialização. O segmento tem uma previsão de investimento de R\$ 3 bilhões até o final de 2025 no Brasil.

Compass aguarda decisão sobre compra da Gaspetro

A Compass Gas e Energia, do grupo Cosan e portanto coligada a Comgás, pode assumir a operação da Gaspetro, subsidiária da Petrobras que participa de 19 distribuidoras de gás no país.

O negócio aguarda uma decisão do CADE sobre a aprovação da venda e tem oposição de consumidores de gás e energia, preocupados com a concentração de mercado.

Na estratégia da Cosan está também a renovação antecipada da concessão da Comgás, a construção de um terminal de GNL em São Paulo e o projeto Subida da Serra, um gasoduto de ampliação da malha da distribuidora e interligação com o terminal.

A Sonne Energias Renováveis pretende construir uma UTE a gás (Anna Danzl) no complexo de Suape, para servir de âncora para o desenvolvimento do mercado de gás a partir do terminal de GNL.

E a TotalEnergies está presente no Brasil na produção de óleo e gás no pré-sal e na distribuição de combustíveis.

A companhia, de atuação global, é uma das maiores produtoras de petróleo de capital aberto do mundo e tem apostado no aumento da participação de investimentos em gás natural, incluindo GNL, e combustíveis renováveis em seu portfólio. Faz parte da estratégia de redução de emissões equivalentes de carbono.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/09/2021

NOVO ESTUDO RECOMENDA RETOMADA DA EXPLORAÇÃO NA MARGEM EQUATORIAL

Por *epbr* - 23 de setembro de 2021 - Em *Comece seu Dia*, Newsletter, Petróleo e gás, Política energética, Rodadas

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

em jogo

Por razões geopolíticas e estratégicas, é recomendável a retomada da exploração da margem equatorial brasileira, notadamente na Bacia do Pará-Maranhão (PAMA), desta vez concentrada em águas profundas e ultraprofundas.

— Na eventualidade da descoberta de um campo com 400 milhões de barris, seu aproveitamento poderia gerar, em 30 anos, R\$ 14 bilhões de renda, o equivalente a 12% do PIB do Pará e a 20% do PIB do Maranhão, em valores atuais.

— As indicações fazem parte da Nota Técnica “Estudos sobre impactos do início da atividade petrolífera no Arco Norte Brasileiro”, elaborada por Luís Eduardo Duque Dutra, professor da UFRJ e ex-assessor da diretoria e ex-chefe de gabinete da diretoria geral da ANP, e Ronaldo Gomes Carmona, professor de geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG).

— Na nota técnica, os autores apontam que “existem fortes indícios de que ocorra no litoral do Pará e Maranhão, o sucesso observado na Guiana e, do outro lado, em Gana, em razão do que os geólogos denominam de espelhamento de oportunidades geológicas em ambas as margens equatoriais do oceano Atlântico”.

— Além disso, “a transição energética em curso tem duração incerta, razão pela qual nenhum ator relevante – seja de planejamento energético de agências e Estados, seja das Big Oils –, trabalha com um cenário de ruptura com perda da importância do petróleo e de seu valor de mercado num horizonte de décadas”. Ou seja, mesmo com a transição, o petróleo não irá perder tão cedo seu papel no desenvolvimento energético global.

— Os autores ainda apontam a necessidade de reposição das reservas de petróleo como uma questão crítica para a política energética brasileira e o projeto de desenvolvimento nacional. E que a atividade petrolífera na região vai adensar conhecimento à área estratégica do território brasileiro.

— Os especialistas calculam que o custo de uma campanha exploratória com alguma chance de sucesso na margem equatorial pode ser estimado em cerca de US\$ 450 milhões. “O programa ocupa os três primeiros anos após a aquisição do direito de lavra e, tendo em vista a tese do espelhamento, a única hipótese heroica do exercício é a descoberta ocorrer neste curto período inicial”.

— “A partir de 400 milhões de barris recuperáveis, é possível obter uma taxa interna de retorno (TIR) de 15% (ou muito próxima disso) e um valor presente líquido (VPL) de US\$ 650 milhões. O prazo de retorno é de 14 anos depois da compra dos direitos de lavra”, diz a nota técnica.

— Carmona é um dos autores do trabalho “Um Novo Pré-Sal no Arco Norte do Território Brasileiro?”, publicado em janeiro deste ano, que indicou a possibilidade de existência de 20 bilhões a 30 bilhões de barris de óleo em recursos prospectivos recuperáveis riscados, um potencial do porte de um “novo pré-sal” na PAMA. Além dele, assinam a NT o ex-diretor da ANP, Allan Kardec Duailibe, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e o geólogo e consultor Pedro Zalán (ZAG, ex-Petrobras).

Apoio logístico A Wilson Sons firmou contrato com a TotalEnergies EP Brasil para dar suporte logístico à campanha de perfuração da petroleira no bloco C-M-541, na Bacia de Campos. O



projeto será atendido pela Base Rio, de apoio offshore da companhia, localizada na região portuária do Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara.

— O contrato tem duração de 20 meses e contempla a gestão da operação portuária, recebimento e armazenamento de cargas, além de serviços ambientais como limpeza de tanques e gerenciamento de resíduos.

— A Base Rio possui cinco berços de atracação, ampla infraestrutura de armazenagem, água potável, planta de fluidos, galpões para armazenagem de produtos químicos e resíduos e completa estrutura de escritório administrativo. Além da Base Rio, a Wilson Sons possui um segundo porto privado (TUP) em Niterói, com três berços de atracação.

— A TotalEnergies é operadora do C-M-541, com 40% de participação, e tem como sócias QP Brasil (40%) e Petronas Petroleo Brasil (20%).

A Justiça Federal no Rio de Janeiro determinou que a Petrobras regularize a contratação de escritórios de advocacia estrangeiros. A ordem é para que a estatal comece a exigir das bancas a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

— A liminar é assinada pela juíza Maria Amelia Senos de Carvalho, da 23.^a Vara Federal do Rio, e vale para todas as contratações efetivadas e programadas, com ou sem licitação.

— A decisão foi tomada em um processo movido pelo Diretório Nacional da OAB. A entidade de classe instaurou um procedimento administrativo com o intuito de fiscalizar contratos firmados pela Petrobras para receber consultoria em direito estrangeiro e diz ter encontrado irregularidades no cadastro das bancas. Estadão

Autoridades brasileiras estão investigando se o JPMorgan Chase & Co teve participação em um suposto esquema de propina e lavagem de dinheiro que data de 2011 e envolveu a Petrobras.

— A polícia concentrou sua atenção nas compras de cerca de 300 mil barris de óleo combustível da Petrobras pelo JPMorgan em 2011, de acordo com documentos judiciais e fontes, que solicitaram anonimato à Reuters.

— Os documentos incluem e-mails entre supostos co-conspiradores, depoimentos de testemunhas e registros bancários. As autoridades estão trabalhando para determinar se a suposta propina continuou nos anos subsequentes, acrescentaram as fontes.

— A Polícia Federal está trabalhando para determinar se o JPMorgan comprou o combustível da Petrobras a preços artificialmente baixos, encaminhando os pagamentos de propina aos funcionários da mesa de operações da empresa por meio de uma rede de intermediários.

— A Petrobras disse em um e-mail que tem “tolerância zero em relação a fraude e corrupção”. A empresa acrescentou que tem auxiliado amplamente as autoridades brasileiras em várias investigações relacionadas à corrupção.

— Nenhuma acusação foi feita na investigação do JPMorgan, e ainda não está claro se haverá alguma.

Petróleo sobe mais de 2% Os contratos futuros do petróleo fecharam a sessão dessa quarta (22/9) com ganhos acentuados, impulsionados pelo declínio semanal da oferta da commodity nos EUA e após a decisão do Fed de manter a taxa de juros americana inalterada, conforme esperado.

— Os contratos para novembro do Brent terminaram o dia em alta de 2,46%, a US\$ 76,19 o barril, enquanto o WTI subiu 2,47%, cotado a US\$ 72,23 por barril. Valor

Em mais uma rodada do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), as distribuidoras negociaram 160,9 MW médios com agentes do mercado livre para o período de outubro a dezembro de 2021.

— O certame contou com oito ofertas de venda e 2.560 propostas de compra. O destaque foi o submercado Sudeste/Centro-Oeste, no qual foram negociados 92 MW médios em energia especial, valorados ao PLD + spread marginal de R\$ 0,10/MWh, e 2,90 MW médios na modalidade convencional, ao preço de PLD + spread marginal de – R\$ 3,90/MWh.

— Em julho, a CCEE realizou uma rodada extraordinária que comercializou 675,1 MW médios para 2022. Considerando todas as operações com produtos para 2021 neste ano e em 2020, a organização registrou transações de 1.538 MW médios anualizados.

Tombamento do Lago de Furnas A abertura do Processo de Tombamento dos Lagos de Furnas e Peixoto foi realizado nessa quarta (22/9) em Capitólio (MG). O termo de inscrição dos lagos no processo de tombamento foi assinado pelo presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), Felipe Pires. G1

— O objetivo é garantir o monitoramento do uso múltiplo dos reservatórios e a manutenção das cotas mínimas de 762 metros acima do mar para Furnas, e 663 metros para a Represa Mascarenhas, mais conhecida como Lago do Peixoto.

— No ano passado, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou proposta de emenda à constituição que instituiu o tombamento dos lagos como patrimônios imateriais do estado.

— A emenda, no entanto, é questionada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), distribuída à ministra Cármen Lúcia. Na ação, o governo argumenta que a competência sobre o uso da água é federal, com implicações na regulação do setor de energia.

— Recentemente, a ministra Cármen Lúcia deferiu o ingresso do governo de Minas Gerais como amicus curiae na Adin.

Crise hídrica e PIB A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia reconheceu nessa quarta (22/9) que a crise hídrica e a pandemia de Covid-19 representam riscos para a atividade brasileira, mas disse que a ausência de piora desses fatores justifica projeção de crescimento acima de 2% em 2022.

— Na contramão do otimismo da SPE, várias instituições financeiras importantes têm revisado para baixo suas expectativas para o crescimento do PIB do Brasil no ano que vem, com algumas prevendo expansão inferior a 1% em meio aos riscos representados pela escassez nos reservatórios de água, pressão inflacionária e juros mais altos.

— Para a SPE, as estimativas mais pessimistas esperam queda significativa do PIB em algum trimestre em 2022 ou uma nova recessão no próximo ano, “fatos esses difíceis de justificar com base no cenário fiscal atual e na ausência de uma crise hídrica ou de uma piora na pandemia”. Reuters

Mudanças na Ultrapar e na Ipiranga A Ultrapar informou ao mercado mudanças no comando da companhia e também na distribuidora de combustíveis Ipiranga, controlada pela holding.

— Atual conselheiro da Ultrapar, Marcos Marinho Lutz será o diretor Presidente da companhia de janeiro de 2022 a abril de 2023. Faz parte do processo de preparação do executivo para suceder o atual presidente do Conselho de Administração da Ultrapar, Pedro Wongtschowski, cujo mandato se encerrará em abril de 2023.

— Lutz iniciou sua carreira no Grupo Ultra em 1994 como trainee e permaneceu até 2003, tendo chegado à presidência da Ultracargo. Também foi CEO da Cosan de 2009 a 2020.

— O CA também elegeu Frederico Pinheiro Fleury Curado, atual diretor Presidente, para a vice-presidência do conselho a partir de janeiro de 2022. Ele irá suceder Lúcio de Castro Andrade Filho, que se aposentará ao final de 2021.

— Outra decisão do conselho foi eleger Leonardo Remião Linden como novo presidente da Ipiranga, e Marcelo Pereira Malta de Araújo como diretor Executivo Corporativo e de Participações da Ultrapar. Ambas serão efetivadas em outubro de 2021.

— Ainda no processo de sucessão na Ipiranga, John Shojiro Suzuki, atual diretor de Planejamento e Controle, deixará a empresa e será sucedido por Cristiane Silva Leite. Ela, que atualmente é diretora de Riscos, Compliance e Auditoria Interna da Ultrapar, será sucedida por Fernanda Teves de Souza, atual gerente de Compliance da companhia.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/09/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PARLAMENTARES QUEREM INCLUIR ELITE DO JUDICIÁRIO NA REFORMA ADMINISTRATIVA; CÂMARA RETOMA DISCUSSÃO HOJE

Sessão que debatia o tema na noite desta quarta-feira foi suspensa. Regras vão mudar apenas para novos servidores

Por Geralda Doca

BRASÍLIA – A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de reforma administrativa retoma debates e votação do texto-base nesta quinta-feira. A sessão que debatia o tema na quarta-feira foi encerrada às 23h19 sem que houvesse o recolhimento dos votos por parte dos deputados.

Parlamentares que integram a comissão querem incluir a elite do Judiciário nas novas regras, já que o texto original do governo deixou essas categorias de fora da reforma. Em entrevista à Rádio Jovem Pam, o relator disse que há pelo menos lobbies de dez categorias de servidores que querem ficar fora das regras.

Para facilitar a aprovação da reforma, o relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), fez várias concessões em relação ao texto enviado pelo governo. Além de manter a estabilidade a todos os servidores públicos, não só nas carreiras típicas de Estado, ele condicionou a redução de jornada e de salário da categoria a situações de crise fiscal.

Maia também manteve expectativa de direitos e assegurou aos atuais servidores privilégios, como promoção automática por tempo de serviço, licença prêmio e férias acima de 30 dias. As regras vão mudar apenas para os novos.



O relator da reforma administrativa, Arthur Maia (DEM-BA) Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados

Pensão vitalícia

Além disso, ele cedeu à pressão dos profissionais de segurança e incluiu no texto um trecho que altera

a regra da pensão, tornando o benefício vitalício e integral em caso de morte no exercício da função para todos os policiais federais.

A medida aumenta as despesas da União. Com a reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019, o cálculo da pensão é feito de forma proporcional.

Maia também incluiu no texto outro trecho que atende os policiais federais e reforçou o direito à aposentadoria integral e mesmo reajuste dos ativos para quem ingressou na carreira até novembro de 2019. O Tribunal de Contas da União (TCU) havia se posicionado contra esses dois benefícios.

Uma das principais mudanças introduzidas pela reforma é o desligamento do servidor por mau desempenho. A proposta torna obrigatória a avaliação periódica para todos os servidores, atuais e novos.

Além disso, permite a contratação temporária no serviço público por período de até seis anos e realização de convênios com a iniciativa privada para prestar serviços, com compartilhamento de estrutura física e recursos humanos, com ou sem contrapartida.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/09/2021

COM CRISE DA EVERGRANDE, BC CHINÊS INJETA US\$ 17 BILHÕES NO MERCADO, MAIOR INTERVENÇÃO EM 8 MESES

Ações da empresa sobem 18% e animam bolsas. Pressão por socorro cresce, mas governo orienta agências estatais a se envolverem no 'último minuto', diz site *O Globo*



Grupo Evergrande tem dívida de US\$ 85 milhões a vencer nesta quinta Foto: ALY SONG / REUTERS

PEQUIM - O banco central chinês injetou mais US\$ 17 bilhões no sistema financeiro nesta quinta-feira, com o objetivo de acalmar o mercado, em meio às preocupações com a gigante imobiliária Evergrande. Foi a maior injeção de curto prazo em oito meses.

A injeção de liquidez ocorre no dia do vencimento do pagamento de US\$ 83,5 milhões em juros sobre títulos emitidos pela empresa. Às vésperas do fim do prazo, o presidente do grupo chinês, Hui Ka Yan, divulgou comunicado afirmando que a prioridade será ajudar os investidores a resgatar suas aplicações. Mas ainda não está claro se a empresa efetuou o pagamento.

Diante do comunicado, as ações da Evergrande em Hong Kong chegaram a subir 32%. No fim do pregão, perderam fôlego e acabaram fechando com alta de 18%, animando as bolsas asiáticas. Na quarta, a Bolsa de Hong Kong estava fechada devido a um feriado. Hoje, fechou com alta de 1,19%.

Pagamento ainda é incógnita

Na China continental, a Bolsa de Xangai subiu 0,38%, e a de Shenzhen avançou 0,46%. Em Tóquio, o mercado acionário fechou em baixa de 0,67%.

Segundo a CNN, mesmo que a Evergrande não tenha cumprido com suas obrigações hoje, um calote só pode ser oficialmente declarado após 30 dias sem pagamento, pois esse é o prazo de carência. Isso lhe daria algum tempo para buscar opções.

Ao não cumprir o calendário de pagamentos, porém, os investidores ficam ansiosos e questionam a viabilidade da companhia, bem como o alcance de uma eventual quebra sobre o sistema financeiro chinês. Mais pagamentos estão previstos para a próxima semana, incluindo o vencimento de juros sobre bônus de US\$ 47,5 milhões.

Na Europa, os mercados fecharam no azul. Em Frankfurt, houve alta de 0,88% e em Paris, de 0,98%.

A Bolsa de Londres caiu 0,7%. O Banco Central inglês manteve sua taxa de referência e programa de ativos inalterados, mas sinalizou que o debate sobre possíveis apertos monetários está no radar.

Nos EUA, as bolsas apresentavam altas, também refletindo a decisão do banco central americano na véspera de manter a taxa de juros entre zero e 0,25% ao ano.

Por volta de 12h05, no horário de Brasília, o índice Dow Jones subia 1,35% e o S&P, 1,29%. A Bolsa de Nasdaq subia 1%.

Ajuda em cima da hora

Na China, cresce a pressão para que o governo socorra a Evergrande. De acordo com reportagem do Dow Jones, no entanto, autoridades chinesas instruíram agências governamentais e empresas controladas pelo Estado a se envolverem diretamente na crise apenas no último minuto, caso a companhia não consiga lidar com suas obrigações de forma ordenada.

O temor é que um colapso da gigante imobiliária leve ao aumento de juros nos empréstimos a outras empresas com risco de calote, resultando em um efeito cascata e afetando o sistema financeiro chinês. Pequenos investidores e pessoas que compraram imóveis ainda inacabados também temem perder suas economias e ficar sem casa.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/09/2021

REFORMA ADMINISTRATIVA: RELATOR RECLAMA DE LOBBIES DE 10 CATEGORIAS PARA FICAR DE FORA DAS NOVAS REGRAS

Comissão especial da Câmara dos Deputados deve votar a proposta nesta quinta-feira

Por Geralda Doca



O relator da reforma administrativa, Arthur Maia (DEM-BA) Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados

BRASÍLIA — Prestes a votar a reforma administrativa na comissão especial da Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira, o relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA) relatou a pressão de vários grupos para ficar de fora das mudanças. Entre eles, ministros e auditores do Tribunal de Contas da União (TCU),

defensores públicos, juízes, procuradores e policiais.

Esses grupos se articularam no Congresso e estão incluídos nos chamados destaques, emendas parlamentares para modificar o texto base da reforma.

— Só quem é rico, só quem tem salários altos. Não tem uma emenda propondo excluir da reforma o gari, o ascensorista, o servidor que ganha pouco — disse Maia em entrevista à Jovem Pan, acrescentando:

— Todas as categorias querem privilégios, isso é um fato. Eu recebi mais de 10 pedidos de categorias propondo emendas, querendo que a reforma inclua a previsão de se elaborar leis complementares para tratar de todas elas, de forma específica. Isso é um absurdo. Não tem que ter lei complementar para tratar de A, B ou C. Tem que ter uma lei para todo o serviço público.

Ele explicou que, com relação ao Judiciário e Ministério Público, como há um parecer contrário da secretaria da mesa da Câmara, optou por levar a votação do destaque para incluir essas categorias na reforma ao plenário da Casa e não da comissão. A medida representa o fim de privilégios, como férias de 60 dias para juízes e aposentadoria como forma de punição.

— Espero que a gente possa aprovar a reforma e acabar com os privilégios de todos aqueles que estão no topo da pirâmide do serviço público brasileiro. Os destaques vão estabelecer o tamanho da reforma.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/09/2021

SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA QUER BAIXAR IMPOSTOS DE TELECOMUNICAÇÕES: 'ÀS VEZES, NO BRASIL, O USUÁRIO TEM INTERNET 2G A PREÇO DE 4G'

Carlos da Costa diz que governo deve baixar impostos do setor e editar MP para eliminar barreiras e gerar empregos na construção civil

Por Eliane Oliveira



Carlos da Costa, secretário de Produtividade e Competitivade do Ministério da Economia Foto: Reprodução

BRASÍLIA — O secretário especial de Produtividade e Competitivade do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, afirmou que a área econômica do governo apresentará ao Ministério das Comunicações, “em breve”, uma proposta de redução dos tributos que incidem sobre os serviços de internet e telefonia no Brasil.

Costa ressaltou que os preços pagos pelos consumidores brasileiros estão entre os mais altos do mundo.

Ao GLOBO, o secretário disse que a crise causada pelo desabastecimento de insumos para a indústria nacional, como chips e semicondutores, é passageira.

Segundo ele, o Brasil poderá receber empresas hoje instaladas na China e no sudeste asiático, nas chamadas zonas de processamento de exportações (ZPEs), que estariam interessadas em transferir parte de sua produção para as Américas.

Questionado se não seria melhor manter a Ceitec, estatal que produz semicondutores que o governo quer extinguir, ele disse que “o Estado é péssimo produtor”.

Alvo de especulações sobre sua possível demissão, o secretário afirmou: “Não procede essa informação”.

O governo estuda reduzir tributos do setor de telecomunicações?



Contratamos uma consultoria para comparar o Brasil com outros países e uma das conclusões é que temos uma das telecomunicações mais tributadas do mundo: a cada R\$ 100,00 que uma pessoa paga na conta de telefonia e internet, R\$ 42,00 são impostos.

O mundo inteiro está estimulando a disseminação da internet, o acesso digital das empresas e das pessoas, e nós, aqui, com 42% de tributos. A nossa conta de internet é cara demais.

O serviço melhorou bastante, depois da aprovação do marco de telecomunicações pelo Congresso, mas o preço ainda é caro, se comparado com o resto do mundo.

Faremos uma proposta ao Ministério das Comunicações para desonerar o setor.

Por que a carga tributária é tão elevada?

Os governos anteriores seguiam uma lógica de 'vamos tributar aquilo que é mais fácil tributar'. Em telecomunicação são poucas empresas, o valor é todo regulado e você sabe exatamente quanto cada pessoa está pagando.

E, hoje, é difícil uma pessoa ficar sem o telefone celular, sem internet. Então, é tascar imposto em todos os lados. É claro que não tem a menor condição de chegarmos a imposto zero.

Queremos desonerar aquilo é mais complicado, que mais atrapalha a expansão de uma internet de alta velocidade. Também não adianta ter uma internet 2G. Às vezes, no Brasil, o usuário tem internet 2G a preço de 4G.

Está seguro de que haverá mais investimentos e preços menores com a desoneração?

Isso vai acontecer naturalmente. Hoje tem muita competição entre empresas de telefonia e empresas de internet.

Uma vez reduzindo a oneração, os preços vão ficar mais baixos, mais pessoas vão querer ter serviços de mais alta velocidade, pacotes maiores e assim por diante.

E aí as empresas vão investir mais, porque a concorrência vai fazer com que essa desoneração se traduza em mais investimentos e menores preços.

Isso não pode ser interpretado como uma contradição, já que o discurso do governo é na linha de reduzir subsídios?

Não. Nós queremos desonerar o usuário de telecomunicações. Não se trata de um subsídio. Muitas vezes, no Brasil, temos uma carga tributária excessiva, que não existe em outros países.

Por exemplo, cobramos Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre leasing de aeronaves. Nenhuma companhia internacional que venha aqui competir com a gente paga esse imposto. Não cobrar IRRF sobre leasing de aeronaves, precisa, pela atual regulamentação, ser definido como um benefício fiscal.

As indústrias brasileiras, como a automotiva, estão sofrendo com a falta de insumos em geral, inclusive componentes eletroeletrônicos, como chips e semicondutores. Qual a sua opinião sobre isso?

É um problema mundial. Em alguns países, o carro usado está valendo mais que o carro novo. Mas essa é uma crise temporária. É como se fosse a despensa da sua casa, que está vazia. A primeira vez que você vai ao supermercado, compra um pouco mais do que você estava acostumado porque, além de comprar o que você consome durante a semana, vai repor uma parte do estoque. Então, o que acontece?

Começa a faltar produto. Os estoques de produtos intermediários, aço, plástico, inclusive semicondutores, estavam muito baixos. Quando a economia voltou a produzir, faltou.

Por quê? Porque a indústria de semicondutores não consegue produzir para abastecer a minha despesa, digamos, ao mesmo tempo em que eu como. Não consegue, num primeiro momento, produzir tanto aquilo que é necessário para repor o estoque quanto para a produção normal.

Recentemente, o chanceler Carlos França disse, em uma palestra, que o governo gostaria de atrair fabricantes desses produtos por meio das zonas de processamento de exportações (ZPEs). Há interesse de empresas estrangeiras em vir para o Brasil?

Sim, e isso graças ao novo marco de ZPEs aprovado pelo Congresso [em junho deste ano]. O anterior era muito ruim e, por isso, só há uma ZPE no Brasil atualmente, que fica em Pecém, no Ceará.

Agora, muitas empresas querem investir e muitos municípios e estados querem abrir ZPEs. E o maior boom será com empresas globais, que concentraram a sua produção na China e outros países do sudeste asiático, e querem diversificar.

Não querem sair de lá, e sim trazer parte da produção para outros lugares. É tirar a concentração da China, por exemplo, e trazer para as Américas algumas dessas indústrias.

E com novo marco das ZPEs, as empresas exportadoras terão um ambiente extraordinário: não tem impostos, você pode ter conta no exterior e tem mais segurança jurídica.

As empresas vêm para o Brasil para exportar para o resto do mundo. A produção que ficar aqui é tributada, em igualdade de condições com aqueles que não estão na ZPE.

Mas se faltam semicondutores no Brasil, por que o governo insiste em extinguir a Ceitec, empresa pública de semicondutores?

O Estado é péssimo produtor. Quando as empresas de telecomunicações eram estatais, você não conseguia comprar telefone. Você compraria um celular feito por uma empresa estatal?

Ou um guarda-chuva feito por uma empresa estatal? Ou um sofá? A União Soviética até tentou isso, e deu no que deu. Fora que o governo não tem dinheiro. Aí, fica esse chip velho, porque o que era feito pela Ceitec era muito ruim.

A inflação não para de subir. Isso não compromete a retomada da economia?

O que nós estamos vivendo aqui é um misto de incerteza fiscal — por isso damos tanta ênfase em que precisamos manter o equilíbrio fiscal para não ter pressão inflacionária — e um choque global.

O preço da gasolina subiu mais de 50% nos Estados Unidos, nos últimos doze meses. As commodities foram lá para cima. Por quê? Porque a gente parou de produzir.

É muito simples: oferta e demanda. Muita gente parou de produzir, ficou em casa, e a pandemia afetou. Por outro lado, a demanda não caiu na mesma velocidade, porque as pessoas continuaram com alguns programas de apoio à renda, com o benefício do auxílio emergencial, o Pronampe, para impedir uma queda na renda, que seria maior.

E agora, quando a economia começa a voltar, a produção demora mais do que a demanda, e os preços, que já vinham crescendo no mundo inteiro pela falta de produtos, aceleram um pouco mais. Mas isso é temporário.

Há risco de a inflação sair do controle?

Qual a diferença desta inflação para aquela inflação que a gente tinha lá atrás? Esta é uma inflação em que o preço sobe e para de subir. É ruim para todo mundo, mas é bem diferente daquele processo inflacionário que nós tínhamos antes do Plano Real, que chegou a 70% ao mês.

Confio no Banco Central para tomar as melhores medidas. Tem gente falando que o Banco Central tinha de aumentar os juros. Mas, no meio do sufoco, se aumentarmos os juros seria aprofundar a crise e aumentar o custo da dívida para o governo e para todas as empresas endividadadas.

Teria sido uma devastação, um cataclisma. É muita irresponsabilidade julgar o Banco Central sem levar em consideração todo o contexto de pandemia e de inflação global.

Baixar tarifas de importação pode reduzir a inflação?

Depende se está faltando algum produto no mercado interno e sobrando lá fora. Se estiver faltando, se o mercado interno estiver desabastecido, se o preço estiver alto e estiver sobrando produto lá fora para ser importado, até pode.

Mas aí é caso a caso, tem de ser com muito cuidado. Temos que deixar o mercado funcionar.

Quais são as prioridades até o ano que vem, quando termina o mandato do presidente Jair Bolsonaro e haverá eleição?

A partir do ano que vem, com todo mundo se desincompatibilizando e com a proximidade das eleições, a agenda fica mais esvaziada.

Então, nós temos até março para nos concentrar e avançar em algumas reformas, como o licenciamento ambiental, a reforma de impostos indiretos, o sistema nacional de garantias de crédito, o novo marco do setor elétrico, a BR do mar e a MP da Construção Civil.

Como será a medida provisória da construção civil?

Hoje, a construção tem muitas barreiras regulatórias para se expandir. Com uma MP que destrave essas barreiras, haverá milhões de empregos criados. A MP está sendo discutida há alguns meses.

Existe a possibilidade de o senhor deixar o governo, ou trocar de cargo?

Já virou até piada isso, porque aqui as pessoas dizem que de três em três meses alguém vem com um furo de reportagem dizendo que eu estou saindo do governo. Não procede essa informação.

*Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/09/2021*

COMISSÃO DA CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Emenda que prevê a inclusão do Judiciário na reforma só será votada no plenário da Casa
Por Geralda Doça

BRASÍLIA — Depois de quase sete horas de discussão, a comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira, o texto base da reforma administrativa por 28 votos favoráveis e 18 contrários.

Ainda falta votar os chamados destaques, emendas para modificar o texto. Um dos mais polêmicos, que permite a inclusão dos chamados membros de Poder (Judiciário de Ministério Público), na reforma só será apreciado no plenário da Câmara dos Deputados.

O texto base foi aprovado depois que o governo substituiu vários integrantes da própria base na comissão. O número de membros subiu de 34 para 47.

O relator da proposta, deputado Arthur Maia (DEM-BA), apresentou seis versões do parecer, com mudanças de última hora. Foram várias idas e vindas, o que gerou críticas dos partidos da oposição e obstrução dos trabalhos na comissão.

Entre elas, ele recuou em dois trechos que tinha acordado com a oposição: retomou de seis para 10 anos, o prazo máximo de duração dos contratos temporários no serviço público e trouxe de volta um dispositivo que permite aos entes públicos firmarem convênios com a iniciativa privada para prestação de serviços, inclusive com compartilhamento de estrutura física e recursos humanos.

Maia já tinha feito várias modificações no texto original do governo, como por exemplo, manteve a estabilidade a todos os servidores públicos, não só nas carreiras típicas de Estado. Ele também condicionou a redução de 25% de jornada e de salário da categoria a situações de crise fiscal.

O relator ainda assegurou a chamada expectativa de direitos e manteve aos atuais servidores privilégios, como promoção automática por tempo de serviço, licença prêmio e férias acima de 30 dias. As regras vão mudar apenas para os novos.

Além disso, ele cedeu à pressão dos profissionais de segurança e incluiu no texto um trecho que altera a regra da pensão, tornando o benefício vitalício e integral em caso de morte no exercício da função para todos os policiais federais.

A medida aumenta as despesas da União. Com a reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019, o cálculo da pensão é feito de forma proporcional.

Maia também incluiu no texto outro trecho que atende os policiais federais e reforçou o direito à aposentadoria integral e mesmo reajuste dos ativos para quem ingressou na carreira até novembro de 2019. O Tribunal de Contas da União (TCU) havia se posicionado contra esses dois benefícios.

Ele cedeu à bancada da segurança e incluiu nas carreiras típicas de Estado guardas municipais e oficiais de justiça.

Além de autorizar a contratação temporária no serviço público em processo de seleção simplificado, a reforma inova ao permitir o desligamento do servidor por mau desempenho. A proposta torna obrigatória a avaliação periódica por desempenho para todos os servidores, atuais e novos.

O desligamento poderá ocorrer a cada duas avaliações negativas consecutivas ou três alternadas em cinco anos. Mas não será automático, dependerá da abertura de processo administrativo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 23/09/2021

CONCESSIONÁRIA DE ESTRADAS EM SP APROVA PLANO QUE PASSA CONTROLE DA EMPRESA A ATÉ 15 MIL CREDORES

Plano de recuperação judicial prevê saída dos atuais acionistas, mas ainda precisa ser ratificado pela Artesp

Por Martínez-Vargas



Trecho da Rodovia Marechal Rondon (SP-300), administrada pela Rodovias do Tietê **Foto: Divulgação**

SÃO PAULO - A Rodovias do Tietê, que administra 415 quilômetros de estradas em São Paulo e está em recuperação judicial, aprovou nesta quarta-feira em assembleia de credores um plano de recuperação que prevê que os detentores de suas debêntures de infraestrutura assumam o controle da companhia. São cerca de 15,3 mil detentores

de títulos, a maioria pessoas físicas.

Para vigorar, essa troca de controle acionário ainda precisa ser ratificada pela Artesp, órgão regulador da concessão.

Pelo aprovado pelos credores, os atuais controladores da concessionária vendem sua participação na Rodovias do Tietê por R\$ 1 a um fundo a ser gerado pela Geribá Investimentos. Os atuais acionistas da Rodovias do Tietê são a Lineas International Holding e a AB Concessões, por sua vez controlada pelo grupo Bertin (em recuperação judicial) e pela italiana Atlantia.

A solução aprovada é inédita no Brasil em casos de concessão. O tema é acompanhado de perto pelo setor de infraestrutura por envolver calote em debêntures, um instrumento financeiro cada vez mais propalado para financiar grandes projetos no segmento.

A Rodovias do Tietê está em recuperação desde 2019 e tem passivos de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, sendo que a maior parte (cerca de R\$ 1,3 bilhão) se refere a debêntures de infraestrutura que a companhia captou em 2013 para financiar investimentos que precisava fazer na concessão.

O contrato de concessão, iniciado em 2009, engloba trechos de seis rodovias estaduais diferentes, entre elas a Marechal Rondon, e passa por cidades como Campinas e Bauru. Endividada, a Rodovias do Tietê deixou de cumprir com os investimentos previstos no contrato de concessão e chegou a ser multada pela Artesp.

Até chegar a essa solução para o debenturistas, que chegaram a ser 18 mil e hoje são 15,3 mil, a empresa tentou aprovar diferentes propostas de reperfilamento de dívida, sem sucesso.

O plano aprovado hoje foi costurado com os debenturistas, representados pelo escritório Felsberg. O documento prevê que os detentores dos títulos de dívida possam trocar seus títulos pela participação acionária no fundo que controlará a Rodovias do Tietê ou por novos títulos de dívida cujo pagamento seja atrelado ao resultado financeiro da concessionária.

Segundo o advogado Thomas Felsberg, que representou os debenturistas no processo, os detentores do título aprovaram ainda um aporte de R\$ 200 milhões na concessionária para investimentos.

- Para ser ativado, esse plano precisa da aprovação da Artesp, que teve seus créditos preservados e que vai ser paga antes dos novos acionistas e dos debenturistas que serão remunerados com o resultado da empresa - afirma.

A alternativa da Artesp seria declarar a caducidade da concessão e religar o trecho, em processo judicial longo e que envolve ainda cálculo de indenização por investimentos já feitos pela Rodovias do Tietê e que não tenham sido amortizados, por exemplo.

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNADORES AVANÇAM NA CRIAÇÃO DO CONSÓRCIO BRASIL VERDE; VEJA 10 METAS

Por Alberto Bombig e Matheus Lara



Foto: Herton Escobar/Estadão

Resposta dos Estados à política ambiental de Jair Bolsonaro, o consórcio Brasil Verde ganha corpo. Governadores debatem a minuta de criação do grupo e estabelecem objetivos, boa parte deles ligada à “economia verde”. Estimular o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) e implementar uma política de incentivo à inovação com menos impacto ambiental são prioridades citadas em

documento ao qual a Coluna teve acesso. Também estão nas metas um inventário das principais fontes de emissões de gases do efeito estufa no País.

Em jogo. O consórcio poderá celebrar contratos e usar recursos estaduais e federais em projetos ligados a temas ambientais, fazer licitações e concessões e apoiar financeiramente fundos e conselhos.

Escopo. Uma das principais funções do consórcio será atuar no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Kyoto e com a ONU.

Atuação. “O Brasil assumiu obrigações em acordos internacionais. O papel do governo federal não pode ser substituído, mas os Estados podem contribuir para que possamos alcançar metas, com programas sobre mudanças climáticas e de redução das emissões de gás carbônico”, diz Renato Casagrande (PSB-ES).

Estrutura. O presidente sairá de assembleia e terá dois anos de mandato sem remuneração. A sede estará no Estado do líder da vez. Está prevista a criação de conselho consultivo com membros de movimentos sociais, sindicatos, empresários, pesquisadores e ONGs.

Veja as 10 metas discutidas pelos governadores para a formalização do consórcio Brasil Verde:

1. Compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático, de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada.
2. Reduzir as emissões antrópicas de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes;
3. Fortalecer as remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
4. Implementar medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas 3 (três) esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos;
5. Preservar, conservar e recuperar os recursos naturais, com particular atenção aos grandes biomas considerados pela Constituição Federal como Patrimônios Nacionais;

6. Consolidar e expandir as áreas legalmente protegidas e ao incentivo aos reflorestamentos e à recomposição da cobertura vegetal em áreas degradadas;
7. Estimular o desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE;
8. Implementar uma política de incentivo ao incremento da denominada “economia verde”, especialmente voltada para o desenvolvimento de produtos inovadores, de menor impacto ambiental e geradoras de novas oportunidade de emprego;
9. Estimular o desenvolvimento de soluções relacionadas à questão energética, considerando tanto a necessidade de redução das emissões como, também, as consequências das mudanças climáticas na produção de energia;
10. Adotar medidas visando reduzir dos impactos oriundos das mudanças climáticas nas populações mais vulneráveis.
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 23/09/2021

TÉRMICA NO RIO É DESLIGADA APÓS QUATRO DIAS EM OPERAÇÃO; FALHA JÁ FOI SOLUCIONADA, DIZ ONS

A termoelétrica GNA I, que fica em São João da Barra (RJ), apresentou problemas técnicos e foi desligada do Sistema Interligado Nacional na segunda-feira, mas voltou a operar ontem. Por Wilian Miron e Denise Luna, O Estado de S.Paulo

SÃO PAULO e RIO - Quatro dias após entrar em operação comercial, a termoelétrica GNA I apresentou problemas técnicos com risco para o sistema de fornecimento de gás e foi desligada do Sistema Interligado Nacional (SIN) na segunda-feira, 20, às 11h38. A informação foi confirmada na quarta-feira, 22, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O órgão informou, porém, que a operação já foi retomada ontem, após ajustes.

A GNA I, localizada em São João da Barra (RJ), é a segunda maior térmica do País e entrou em operação comercial na última quinta-feira, 16. Conta com capacidade instalada de 1.300 MW. O início da operação estava previsto para julho. Contudo, a usina passou por problemas durante os testes operacionais realizados em março, quando a turbina a vapor foi danificada.

A usina térmica é considerada fundamental para a estratégia do governo de aumentar a oferta de energia ao sistema, em um momento em que as hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste enfrentam restrições à produção devido à crise hídrica.



A termoelétrica GNA I havia entrado em operação na quinta-feira passada. Foto: GNA/Divulgação

Em comunicado, o ONS informou que, "apesar desse desligamento não previsto, existem outros recursos que podem ser utilizados para minimizar os impactos" de uma eventual ausência na geração de energia.

Uma medida que tem sido adotada pelo órgão é o programa de Redução Voluntária na Demanda (RDV), para grandes consumidores industriais, e o programa de incentivo de economia de energia para consumidores residenciais e pequenos comércios.

Na quarta, o grupo técnico do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE) aprovou a redução adicional de 205 megawatts (MW) na demanda de grandes consumidores industriais. Antes, o órgão havia aprovado o montante de 237 MW em adesões ao programa.

O segmento da indústria que apresentou maior adesão ao programa foi o de metalurgia, seguido pelos ramos de minerais não metálicos; químicos; extração de minerais não metálicos; alimentícios; madeira, papel e celulose; serviços; e veículos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/09/2021

GOVERNO ZERA ALÍQUOTAS DE TRIBUTOS NA IMPORTAÇÃO DE MILHO

Mudança será feita por meio de Medida Provisória a ser publicada no Diário oficial; produção interna de milho foi prejudicada por secas e geadas

Por Sandra Manfrini, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A escassez do milho no mercado interno levou o governo federal a zerar as alíquotas de tributos na importação do produto. O anúncio foi feito na noite desta quarta-feira, 22, pela Secretaria Geral da Presidência da República, e o alívio tributário virá em forma de Medida Provisória, ainda a ser publicada no Diário Oficial da União.

O objetivo é favorecer as importações de milho para abastecer setores como a agroindústria. A MP vai reduzir a zero a alíquota da PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na importação do milho, até 31 de dezembro de 2021.



Medida foi tomada pelo governo após o milho 'sumir' do mercado interno. Foto: Germano Rorato/ Estadão - 24/8/2018

"A justificativa para a medida encontra-se na necessidade de aumentar a importação de milho devido à sua escassez no mercado interno, em razão de problemas climáticos, atrasos na colheita de verão e na semeadura da segunda safra e, ainda, pelos baixos níveis de estoque. Ressalta-se ainda a importância do milho na cadeia produtiva como

insumo agrícola, especialmente na agroindústria, em setores como a avicultura e a suinocultura", justifica a Secretaria Geral em nota divulgada nesta noite.

De acordo com o governo, a renúncia dessa receita será compensada com o aumento do IOF anunciado no último dia 16 de setembro. Na ocasião, decreto presidencial elevou o IOF incidente em operações de crédito para pessoas jurídicas e físicas, entre 20 de setembro e 31 de dezembro de 2021. Além de ajudar a bancar a ampliação do Bolsa Família, a alta do IOF ajudará a zerar a alíquota do PIS/Cofins sobre importação de milho.

A redução dos impostos sobre a importação de milho já tinha sido confirmada pelo Ministério da Agricultura, conforme o Estadão/Broadcast noticiou. Segundo o secretário executivo da Pasta, Marcos Montes, informou na ocasião, a medida deverá proporcionar queda do preço do milho em torno de R\$ 9 por saca.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 23/09/2021

VALOR ECONÔMICO (SP)

EXPORTADORES DO AGRO E GOVERNO DISCUTEM 'APAGÃO' PORTUÁRIO

Encontro ocorreu nesta quarta-feira em Brasília
Por Rikardy Tooge, Valor — São Paulo

Exportadores do agronegócio e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) reuniram-se com o governo federal hoje (22/9) em Brasília para debater soluções para os gargalos no comércio marítimo, que têm afetado a competitividade do setor.

O encontro foi com o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, Gustavo Ene, e outros membros da Pasta. Conforme noticiou o Valor no fim de agosto, havia uma insatisfação dos exportadores com a falta de diálogo com o governo.

Segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), a reunião teve como objetivo sinalizar os impactos econômicos e sociais que os entraves logísticos têm causado ao país e “buscar soluções, em sinergia com o governo federal, para mitigar a crise emergencial e encontrar caminhos para os médio e longo prazos”.

O Cecafé reforçou os impactos do entrave logístico nas suas exportações. Entre maio e agosto, aproximadamente 3,5 milhões de sacas de café deixaram de ser embarcadas, o que impediu o ingresso de receita de cerca de US\$ 500 milhões.

Além do Cecafé, participaram do encontro a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira das Indústrias de Pescado (Abipesc), o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho).

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 23/09/2021

GRUPO BUSCA AMPLIAR SOLUÇÕES LOGÍSTICAS ALÉM DO PORTO

Localfrio busca ampliar soluções logísticas para além dos terminais portuários
Por Taís Hirata — De São Paulo

A Localfrio, que opera terminais alfandegados em Santos (SP), Itajaí (SC) e Suape (PE), planeja diversificar suas operações e ampliar os serviços logísticos oferecidos pela empresa. Para isso, o plano é investir em novas estruturas para além dos portos e, eventualmente, fazer aquisições, afirmou o novo presidente da companhia, Rodrigo Casado.

A empresa, que nos últimos anos reestruturou sua dívida e passou por uma profissionalização da gestão, já vinha agregando soluções logísticas, que representam cerca de 35% da receita. O objetivo é que, até o fim de 2025, essa participação supere 50%.

O foco será em segmentos que exijam serviços de maior valor agregado, diz Casado. “A estratégia é utilizar nossa base de terminais alfandegados para verticalizar, com clientes que exijam um grau de especialização diferente. Segmentos como o químico, fármaco, cargas que precisam de refrigeração controlada, eletrônicos, bens de alto valor e carga de projeto. A ideia é criar uma diferenciação para a empresa.”

Hoje, um dos grandes motores dessa diversificação são as chamadas cargas de projeto - ou seja, equipamentos de maior porte que demandam uma logística específica. Um setor que tem impulsionado as demandas da Localfrio é o de geração renovável, que importa materiais para a construção de parques eólicos e solares. “Temos dez operações de carga de projeto em curso. Neste ano, esse número deverá aumentar em 90%. Vimos uma explosão nesse mercado, que exige especialização significativa”, afirma.

Outro foco da empresa é ampliar a gama de serviços. “Antes, a companhia fazia a armazenagem. Agora agregamos outras etapas do processo, como etiquetagem, inspeção, rotulagem, embalagem, montagem de kits. Há uma oportunidade de agregar valor ao serviço”, diz ele.

O grupo tem avaliado possíveis aquisições, que, no entanto, deverão vir a partir de 2022, devido ao processo de reestruturação interno. Em 2020, companhia registrou receita líquida de R\$ 275,2 milhões e prejuízo líquido de R\$ 15,6 milhões - devido principalmente ao impacto do resultado financeiro. Neste ano, a previsão é ampliar a receita em até 25%, diz o executivo.

“O principal objetivo é organizar a casa. Mas não há muita possibilidade de crescimento apenas de forma orgânica, então vamos buscar oportunidades em 2022, essa é nossa meta”, afirma.

No radar estão possíveis novas áreas de terminais alfandegados, mas o principal foco será ampliar os serviços logísticos para além dos portos. “Por exemplo, investimentos em centros de distribuição intermediários, empresas que já tenham alguma expertise em logística”, cita Casado.

Em relação ao fôlego financeiro para fazer aquisições, o executivo afirma que a projeção futura dá confiança para que a empresa faça planos. “Temos conseguido uma geração de caixa que nos permite projetar ao longo do tempo uma empresa com robustez suficiente para galgar algum tipo de movimento.”

Além disso, o presidente afirma que há outros arranjos possíveis. “Podemos também trabalhar em parcerias com grupos que queiram nos usar como operadores logísticos e eles entram com o investimento. Ou alianças com empresas que tenham portfólio complementar. Há outros tipos de parceria possíveis.”

A empresa também tem sido procurada por grupos para parcerias e eventuais aquisições. Porém, a avaliação é que o foco hoje é o crescimento. “É muito mais atraente para a Localfrio a busca para oportunidades de crescimento da empresa.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/09/2021

LOCALFRIO TENTA EVITAR RELICITAÇÃO DE TERMINAL EM SANTOS

Governo planeja novo leilão da área em 2022; empresa opera por meio de liminar desde 2016

Por Taís Hirata — De São Paulo



Rodrigo Casado, presidente da Localfrio, afirma que plano da empresa é buscar renovação do contrato no porto — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

O terminal alfandegado operado pela Localfrio dentro do Porto de Santos, que o governo federal planeja relimitar em 2022, deverá seguir alvo de disputa. A empresa se prepara para garantir sua permanência no local, segundo o presidente, Rodrigo Casado.

O contrato do arrendamento, localizado na margem esquerda do porto, chegou ao fim em 2016. À época, o grupo conseguiu uma liminar judicial para seguir no local, sob argumento de que havia pleitos de reequilíbrio pendentes na Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (Antaq). Desta forma, a empresa segue operando na área desde então.

Companhia tem segundo terminal em Santos que garante continuidade do negócio, diz presidente

O governo prepara a relicitação da área para o segundo trimestre de 2022, com previsão de investimentos de R\$ 100 milhões, segundo a Santos Port Authority (SPA), que já enviou os estudos do novo arrendamento à Empresa de Planejamento e Logística.

Casado, porém, sinaliza que a companhia buscará ações para permanecer no local “por um bom tempo”, segundo ele. “Temos robustez em nossos pleitos [regulatórios] e não vejo solução tão rápida [como um leilão em 2022]”, afirma o executivo.

Para além dos pleitos de reequilíbrio, ele afirma que a Localfrio buscará uma renovação maior do contrato. “Buscamos uma extensão por mais um período, é nosso grande objetivo. Temos os pleitos de reequilíbrio, mas há outras possibilidades que temos discutido com órgãos, para que se entenda até quando a permanência será possível.”

Um dos caminhos em estudo, diz ele, seria tentar seguir o precedente criado pela Marimex, que recentemente conseguiu no Tribunal de Contas da União (TCU) uma decisão para prolongar seu contrato, cuja renovação fora negada pelo governo federal.

A SPA, por sua vez, afirma que, como o contrato já foi alvo de uma renovação em 2006, um novo aditivo não seria permitido pela legislação. Portanto, a relicitação, diz a estatal, “é um dever da administração pública, dentro de um contexto da correta gestão dos ativos portuários”.

A área operada pela Localfrio é um terminal retroportuário (ou seja, sem acesso direto ao canal do porto), que é adjacente ao terminal de contêineres da Santos Brasil. A companhia, da família Vasone, iniciou sua operação no local em 1996, com um contrato de dez anos, que posteriormente foi renovado por outros dez anos - trata-se de uma diferença em relação ao caso da Marimex, que não chegou a ter uma renovação.

Apesar da incerteza sobre a permanência na área, o presidente afirma que a empresa não depende totalmente desse contrato para seguir com seus planos, já que também opera uma segunda área no Guarujá, que é privada e, portanto, não depende dos planos do governo. “Há alguns anos, o grupo optou por fazer esse investimento e tem trabalhado para espelhar as operações no segundo terminal”, afirma. “Não temos expectativa de perder o terminal 1, mas, caso isso ocorra, no momento em que este for descontinuado, iremos transferir ao terminal 2 e garantir o negócio.”

Procurada, a Antaq diz que o processo da Localfrio já foi encaminhado à diretoria da agência, que irá deliberar “em breve, em reunião ordinária”. A SPA considera que “a resposta ao pleito de reequilíbrio ocorrerá sem prejuízo do cronograma do leilão”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/09/2021

SENADO ADIA PARA SEMANA QUE VEM VOTAÇÃO DO MARCO LEGAL DAS FERROVIAS

Por Renan Truffi, Valor — Brasília

O Senado adiou para a próxima quarta-feira, 29, a votação do novo marco legal das ferrovias. O anúncio foi feito em Plenário pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O adiamento atende a solicitação do relator do projeto, senador Jean Paul Prates (PT-RN), que pediu mais tempo para análise das novas emendas oferecidas.



Em entrevista coletiva antes da sessão deliberativa, o parlamentar declarou sua intenção de emitir um novo relatório até a próxima segunda-feira, 27. “[O conjunto de novas emendas] mudou algumas coisas mais para o lado do que o governo gostaria. Não temos nada contra isso, mas vamos ter que processar isso”, afirmou.

Votação do novo marco legal das ferrovias é adiado para semana que vem — Foto: Abifer/via Governo de Goiás

O petista destacou que o projeto recebeu 15 novas emendas, sendo nove de autoria da bancada governista. Ele manifestou sua disposição de reescrever o relatório de modo a acolher algumas das sugestões. O Valor apurou que algumas das principais emendas foram escritas a pedido do Ministério da Infraestrutura, que busca incorporar ao projeto artigos que haviam sido sugeridos ao Congresso por meio de medida provisória sobre o mesmo assunto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/09/2021

EXPORTADORES DO AGRO E GOVERNO DISCUTEM 'APAGÃO' PORTUÁRIO

Encontro ocorreu nesta quarta-feira em Brasília

Por Rikardy Tooge, Valor — São Paulo

Exportadores do agronegócio e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) reuniram-se com o governo federal hoje (22/9) em Brasília para debater soluções para os gargalos no comércio marítimo, que têm afetado a competitividade do setor.

O encontro foi com o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, Gustavo Ene, e outros membros da Pasta. Conforme noticiou o Valor no fim de agosto, havia uma insatisfação dos exportadores com a falta de diálogo com o governo.

Segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), a reunião teve como objetivo sinalizar os impactos econômicos e sociais que os entraves logísticos têm causado ao país e “buscar soluções, em sinergia com o governo federal, para mitigar a crise emergencial e encontrar caminhos para os médio e longo prazos”.

O Cecafé reforçou os impactos do entrave logístico nas suas exportações. Entre maio e agosto, aproximadamente 3,5 milhões de sacas de café deixaram de ser embarcadas, o que impediu o ingresso de receita de cerca de US\$ 500 milhões.

Além do Cecafé, participaram do encontro a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira das Indústrias de Pescado (Abipesc), o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/09/2021

GRUPO BUSCA AMPLIAR SOLUÇÕES LOGÍSTICAS ALÉM DO PORTO

Localfrio busca ampliar soluções logísticas para além dos terminais portuários

Por Taís Hirata — De São Paulo

A Localfrio, que opera terminais alfandegados em Santos (SP), Itajaí (SC) e Suape (PE), planeja diversificar suas operações e ampliar os serviços logísticos oferecidos pela empresa. Para isso, o plano é investir em novas estruturas para além dos portos e, eventualmente, fazer aquisições, afirmou o novo presidente da companhia, Rodrigo Casado.

A empresa, que nos últimos anos reestruturou sua dívida e passou por uma profissionalização da gestão, já vinha agregando soluções logísticas, que representam cerca de 35% da receita. O objetivo é que, até o fim de 2025, essa participação supere 50%.

O foco será em segmentos que exijam serviços de maior valor agregado, diz Casado. “A estratégia é utilizar nossa base de terminais alfandegados para verticalizar, com clientes que exijam um grau de especialização diferente. Segmentos como o químico, fármaco, cargas que

precisam de refrigeração controlada, eletrônicos, bens de alto valor e carga de projeto. A ideia é criar uma diferenciação para a empresa.”

Hoje, um dos grandes motores dessa diversificação são as chamadas cargas de projeto - ou seja, equipamentos de maior porte que demandam uma logística específica. Um setor que tem impulsionado as demandas da Localrio é o de geração renovável, que importa materiais para a construção de parques eólicos e solares. “Temos dez operações de carga de projeto em curso. Neste ano, esse número deverá aumentar em 90%. Vimos uma explosão nesse mercado, que exige especialização significativa”, afirma.

Outro foco da empresa é ampliar a gama de serviços. “Antes, a companhia fazia a armazenagem. Agora agregamos outras etapas do processo, como etiquetagem, inspeção, rotulagem, embalagem, montagem de kits. Há uma oportunidade de agregar valor ao serviço”, diz ele.

O grupo tem avaliado possíveis aquisições, que, no entanto, deverão vir a partir de 2022, devido ao processo de reestruturação interno. Em 2020, companhia registrou receita líquida de R\$ 275,2 milhões e prejuízo líquido de R\$ 15,6 milhões - devido principalmente ao impacto do resultado financeiro. Neste ano, a previsão é ampliar a receita em até 25%, diz o executivo.

“O principal objetivo é organizar a casa. Mas não há muita possibilidade de crescimento apenas de forma orgânica, então vamos buscar oportunidades em 2022, essa é nossa meta”, afirma.

No radar estão possíveis novas áreas de terminais alfandegados, mas o principal foco será ampliar os serviços logísticos para além dos portos. “Por exemplo, investimentos em centros de distribuição intermediários, empresas que já tenham alguma expertise em logística”, cita Casado.

Em relação ao fôlego financeiro para fazer aquisições, o executivo afirma que a projeção futura dá confiança para que a empresa faça planos. “Temos conseguido uma geração de caixa que nos permite projetar ao longo do tempo uma empresa com robustez suficiente para galgar algum tipo de movimento.”

Além disso, o presidente afirma que há outros arranjos possíveis. “Podemos também trabalhar em parcerias com grupos que queiram nos usar como operadores logísticos e eles entram com o investimento. Ou alianças com empresas que tenham portfólio complementar. Há outros tipos de parceria possíveis.”

A empresa também tem sido procurada por grupos para parcerias e eventuais aquisições. Porém, a avaliação é que o foco hoje é o crescimento. “É muito mais atraente para a Localrio a busca para oportunidades de crescimento da empresa.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/09/2021

DESLIGAMENTO TEMPORÁRIO DA USINA GNA I NÃO IMPACTOU SUPRIMENTO DE ENERGIA, DIZ ONS

Inaugurada na semana passada, GNA I foi desligada às 11h38 da segunda-feira, devido à ocorrência de problemas técnicos, mas já opera com todas as máquinas, totalizando 1.300 megawatts de geração

Por Letícia Fucuchima, Valor — São Paulo



GNA I — Foto: Divulgação GNA

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que o desligamento não previsto da termelétrica GNA I não trouxe impactos às necessidades de suprimento do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Inaugurada na semana passada, GNA I foi desligada às 11h38 da segunda-feira, 20, devido à ocorrência de problemas técnicos com riscos para o sistema de fornecimento de gás. Segundo o ONS, o empreendimento regressou ao SIN na noite de quarta-feira e, nesta quinta-feira, já opera com todas as máquinas, totalizando 1.300 megawatts (MW) de geração verificada.

Uma das maiores termelétricas do país, GNA I é operada pela Gás Natural Açú, joint venture formada por BP, Siemens, SPIC Brasil e pela Prumo Logística.

Localizado no Porto de Açú (RJ), o empreendimento faz parte de um mega complexo termelétrico que tem uma segunda unidade já contratada, a GNA II, que terá 1,6 GW de capacidade instalada e está prevista para começar a operar em 2024.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/09/2021

COM RETRAÇÃO DA CHINA, PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO CAI 1,4% EM AGOSTO, DIZ WORLDSTEEL

Volume do mês foi de 156,8 milhões de toneladas, reunindo informações de 64 países produtores

Por Ivo Ribeiro, Valor — São Paulo

Foto : Andrey Rudakov/Bloomberg

Sob o impacto da forte queda de produção da siderurgia chinesa em agosto, acima de 13%, o desempenho mundial reportado pela World Steel Association nesta quinta-feira (23) registrou queda de 1,4% no mês passado

Conforme a entidade, baseada em Bruxelas, o volume de agosto foi de 156,8 milhões de toneladas, reunindo informações de 64 países produtores de aço. No acumulado de 2021, que somou 1,32 bilhão de toneladas, a produção global de aço bruto ainda mostra crescimento de 10,6% sobre o mesmo período do ano passado.

A siderurgia chinesa reportou produção de 83,2 milhões de toneladas, menos 13,2% ante agosto de 2020. Em julho, o desempenho do país já havia retraído 8,6%.

As indicações são de que o setor na China continuará até o fim do ano registrando desempenho negativo em relação aos mesmos meses do ano passado, atendendo pressões do governo chinês para os polos produtores de aço reduzirem a emissão de gás carbônico (CO2).

De janeiro a agosto, o desempenho ainda tem alta de 5,3%, na comparação com mesmo período do ano passado, com volume de 733 milhões de toneladas.

Com a redução da atividade siderúrgica no país desde julho, a estimativa é que o volume total do ano fique em 1,05 bilhão de toneladas, recorde histórico obtido em 2020, ou entre 1% e 2% superior.

Conforme a Worldsteel, o Brasil reportou aumento de 14,1% na produção de agosto, com 3,1 milhões de toneladas. No acumulado do ano, o volume foi de 24,1 milhões de toneladas, com acréscimo de 20,9% sobre mesmo período de 2020. A previsão do Instituto Aço Brasil, que reúne as fabricantes locais, é de 36 milhões de toneladas de aço bruto em 2021.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/09/2021

MINÉRIO DE FERRO FICA ESTÁVEL NO PORTO DE QINGDAO, EM US\$ 108,67 POR TONELADA

Em setembro, a principal matéria-prima do aço acumula desvalorização de 29,3%. No ano, as perdas superam 32%

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Mineradora — Foto: Lucas Lacaz Ruiz/Folhapress

Os preços do minério de ferro encerraram a quinta-feira praticamente estáveis em comparação à véspera no mercado à vista, refletindo as condições mais fracas de demanda por parte das siderúrgicas chinesas.

Segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro teve leve recuo, de 0,03% no porto de Qingdao, para US\$ 108,67 por tonelada, após o ganho de quase 17% registrado na quarta-feira.

Em setembro, a principal matéria-prima do aço acumula desvalorização de 29,3%. No ano, as perdas superam 32%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/09/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CONTRATOS DE USO TEMPORÁRIO AINDA TÊM PONTOS QUE PODEM INIBIR INVESTIDORES, APONTA ADVOGADO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 22 Setembro 2021



Arquivo/Divulgação

Consulta pública aberta pela Antaq, com duração prevista de 15 dias, ainda gera dúvidas quanto a questões como definição de cargas não consolidadas, termos de rescisão e eventual exigência de alfandegamento.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) abriu, nesta quarta-feira (22), a consulta pública para aprimorar a proposta de norma para regulamentar a contratação de uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal do porto organizado. A consulta sobre a movimentação de cargas com mercado não consolidado com dispensa de licitação visa alterar a resolução normativa 7/2016 e atende ao decreto 10.672/2021. O processo, com duração prevista de 15 dias, ainda gera dúvidas quanto a questões como definição de cargas não consolidadas, termos de rescisão e eventual exigência de alfandegamento.

O regramento proposto prevê que a administração do porto poderá pactuar com o interessado na movimentação e armazenagem de cargas com mercado não consolidado no porto o uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal do porto organizado, dispensando a realização de licitação. O decreto 10.672/2021, publicado em abril, estabelece como mercado não consolidado a mercadoria não movimentada regularmente no porto organizado nos últimos cinco anos e que tenha demandado, em média, menos de uma atracação mensal em igual período.

Thiago Miller, sócio da Advocacia Ruy de Mello Miller (RMM), identifica que o investidor ainda pode ver riscos que inibam a tentativa de empreender sobre o uso de contrato temporário. O advogado avalia que existem algumas questões importantes a serem discutidas na consulta. Ele citou que o alfandeamento é uma questão a ser equacionada junto à Receita Federal porque, dependendo dos investimentos necessários, pode vir a inibir o empreendedor, sobretudo pelo curto prazo de amortização. Miller também vê dúvidas em relação a instrumentos de rescisão unilateral, uma vez que esse dispositivo não foi disciplinado em regulações anteriores. Ele acredita que deve ser afastada a possibilidade de rescisão, por parte da administração, no prazo contratual do uso temporário.

A administração do porto deverá publicar, previamente, a relação de áreas e instalações portuárias disponíveis para uso temporário, conferindo-lhe publicidade em sua página na internet, devendo a área objeto de contrato de uso temporário estar compatível com o plano de zoneamento (PDZ) aprovado pelo poder concedente. A administração do porto também deverá prever, dentro da sua estrutura tarifária, as modalidades destinadas a remunerar o uso temporário de áreas e instalações portuárias, propondo para a Antaq a fixação dos respectivos valores.

Quando houver mais de um interessado na utilização de áreas e instalações portuárias e inexistir disponibilidade física para alocar todos os interessados concomitantemente, o decreto prevê que a administração do porto organizado promoverá processo seletivo simplificado, observados os princípios da isonomia e impessoalidade para escolha do projeto que melhor atenda o interesse público e do porto.

Miller explicou que a carga consolidada é aquela não movimentada no porto organizado nos últimos cinco anos, conforme definição legal. O intuito, segundo ele, é não provocar uma concorrência com arrendatários, que se comprometeram com investimentos. “Não faz sentido sofrer concorrência de uma hora para outra. Esse não parece ser o conceito do uso temporário”, analisou.

O advogado vê o contrato de uso temporário delegado para a administração do porto como instrumento que, desde que respeitadas as regras, pode ser positivo para ampliar a movimentação em áreas ociosas. Ele acrescentou que defendia a aplicação desse dispositivo desde sua criação, por meio da resolução 2240 da Antaq. “O contrato de uso temporário é um importante e necessário instrumento regulatório para a gestão e otimização da exploração das áreas portuárias”, avaliou.

(Nota da Redação: Matéria atualizada às 11:16 de 23/09 para acréscimo de informações)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2021

BR DO MAR: GOVERNO ESPERA QUE PL SIGA O QUANTO ANTES PARA PLENÁRIO, DIZ PILONI

Por Danilo Oliveira **NAVEGAÇÃO 22 Setembro 2021**



Arquivo/Divulgação

Secretário nacional de portos e transportes aquaviários disse que texto está 97% compatível com formatação ideal. Segundo Piloni, uma ‘abertura responsável’ do modal é o melhor caminho para expansão do setor.

O Ministério da Infraestrutura trabalha com a expectativa de aprovação e sanção presidencial do projeto de lei da cabotagem (4.199/2020) ainda em 2021. O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Diogo Piloni, confirmou que o governo tem preferência de que o texto aprovado na



Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) siga para votação em plenário o quanto antes, já que é uma matéria importante que está há muito tempo em discussão. A avaliação, segundo Piloni, é que restam apenas alguns ajustes no texto do relatório do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), apresentado na última terça-feira (21).

“Nossa vontade é que o projeto suba logo para o plenário. Precisamos dar andamento, pois entramos com o projeto na Câmara dos Deputados há muito tempo e estamos perdendo oportunidades de que a cabotagem seja potencializada e possa gerar efeitos positivos para o país”, disse Piloni em entrevista à Portos e Navios. O secretário frisou que o formato redigido está muito próximo do que o governo considera um projeto ideal, porém com espaço para ajustes.

Segundo o secretário, em 97% dos pontos o texto manteve coerência com o que o governo tem defendido e proposto ao Congresso desde a primeira passagem pela Câmara, cuja aprovação ocorreu em dezembro do ano passado. Ele acrescentou que a proposta que consta no relatório de Trad contou com contribuições de senadores e setores com diferentes visões. “O relatório está muito bom. O governo entende que há oportunidade de melhorias pontuais e que esperamos que, na tramitação do Senado, ainda haja esses ajustes”, analisou.

O secretário afirmou que uma ‘abertura responsável’ da cabotagem é o melhor caminho para expansão do setor, o que deve ser feito com a flexibilização de afretamentos, coração da proposta do BR do Mar. “É importante que, apesar de haver mudanças estruturantes nas regras, manteremos certo incentivo para a composição de frota com vínculo no país”, comentou. Piloni destacou que está sendo feito uma desvinculação à lógica de composição de frota com vínculo, mas com compromisso de longo prazo com a cabotagem brasileira e evitando um cenário de maior exposição ao mercado de frete internacional.

O ministério ainda manifesta preocupação com relação à praticagem, em especial à emenda que trata das escalas de rodízio único, acolhida pelo relator da CAE na reta final antes de apresentar seu último parecer sobre a matéria. Piloni salientou que, desde o início da discussão, a pasta tem evitado trazer para um debate complexo como a cabotagem um assunto que gera opiniões divergentes, como o serviço de praticagem. O entendimento é que é melhor visitar a questão, futuramente, em um projeto específico. Outras questões como as alíquotas do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e a exigência de tripulantes brasileiros são consideradas equacionadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 23/09/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006